



PREFEITURA MUNICIPAL DE CABO FRIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - CONTAS MÉDICAS

Processo 7458/2026/SMS - CONTAS MEDICAS/Semusa-E

Cabo Frio, 20 de maio de 2026

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 003/SEMUSA/CB/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº7458/2026

LOCAL: MUNICÍPIO DE CABO FRIO

ÓRGÃO GESTOR: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA

003/SEMUSA/CB/2026,
credenciamento de empresas privadas prestadoras de
serviços de assistência à saúde, interessadas em participar, de forma
complementar, do Sistema Único de Saúde do Município de
Cabo Frio, RJ.

Edital de Chamamento Público nº
para fins de

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE CABO FRIO**, por intermédio da **Secretaria Municipal de Saúde**, no uso de suas atribuições legais, torna público que realizará procedimento de credenciamento, na forma de chamamento público, configurando hipótese de inexigibilidade de licitação por inviabilidade de competição, **nos termos do art. 74, inciso IV, combinado com o art. 79, inciso I, ambos da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como do Decreto Municipal nº 7.074/2023 e demais normas aplicáveis**, visando à contratação complementar de empresas especializadas para a realização de cirurgias e procedimentos urológicos de média complexidade, destinados aos usuários do Sistema Único de Saúde SUS, conforme condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

Este Chamamento Público terá caráter de cadastramento permanente, permanecendo aberto para o ingresso de novos interessados a qualquer tempo durante sua vigência, conforme determina o art. 79, §1º, inciso II da Lei nº 14.133/2021. A divulgação oficial e integral deste instrumento será realizada no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no site oficial do Município.

O presente edital tem por finalidade atender à necessidade da rede municipal de saúde no que se refere à oferta de **cirurgias e procedimentos urológicos de média complexidade**, destinados aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), cuja execução será realizada por pessoa jurídica devidamente habilitada e credenciada, com remuneração vinculada aos valores estabelecidos na **Tabela Municipal Diferenciada de Procedimentos Urológicos**, instituída pela Secretaria Municipal de Saúde.

A contratação ocorrerá mediante **chamamento público para credenciamento**, assegurando a participação de todos os interessados que atendam aos requisitos estabelecidos neste edital, garantindo os princípios da legalidade, isonomia, impessoalidade, publicidade, eficiência, economicidade, e demais preceitos constitucionais e administrativos que regem a Administração Pública.

1- DO OBJETO DO CREDENCIAMENTO:

1.1. O presente Edital tem por objeto o credenciamento de pessoas jurídicas, conforme as disposições deste instrumento e seus anexos, para a prestação de serviços especializados de **cirurgias e procedimentos urológicos de média complexidade**, como forma de complementação à rede municipal do Sistema Único de Saúde (SUS), visando ampliar a oferta assistencial, reduzir a demanda reprimida e qualificar a linha de cuidado em Urologia no Município de Cabo Frio.

1.2. Os serviços serão prestados mediante demanda regulada pela Central Municipal de Regulação, com pagamento por produção efetivamente realizada, observados os valores fixados na **Tabela Municipal Diferenciada de Procedimentos Urológicos**, de acordo com os critérios técnicos, quantitativos estimados e condições estabelecidas neste Edital e no Termo de Referência (Anexo X).

1.3. O credenciamento será realizado em conformidade com os princípios da universalidade, integralidade e equidade previstos na Lei nº 8.080/1990 (Lei Orgânica da Saúde), bem como com as diretrizes da Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos), do Decreto Municipal nº 7.074/2023 e demais normas complementares.

1.4. Em relação à legislação aplicável, o presente Edital e seus anexos serão regidos pelas disposições dos arts. 24 e seguintes da Lei Federal nº 8.080/1990 e pelos arts. 6º, XLIII; 74, inciso IV; 78, inciso I; 79, inciso I e parágrafos da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como pela Portaria GM/MS nº 2.567, de 25 de novembro de 2016, ficando também vinculado à Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), ao Decreto Municipal nº 7.074/2023 e às demais legislações aplicáveis, com o objetivo de garantir a conformidade legal e a segurança jurídica do processo.

1.5. Em observância ao art. 25 da Lei nº 8.080/1990, a participação de entidades privadas de assistência à saúde no SUS será feita de forma complementar, sendo dada prioridade às entidades filantrópicas e às sem fins lucrativos.

2- DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:

2.1. O presente credenciamento fundamenta-se no art. 74, caput, inciso IV, combinado com o art. 79, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como nas disposições do Decreto Municipal nº 7.074/2023, regendo-se pelos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade e da eficiência.

2.2. A inexigibilidade de licitação justifica-se pela natureza assistencial dos serviços e pela inviabilidade de competição, considerando que todos os interessados que atenderem às condições estabelecidas neste Edital poderão ser credenciados, sem exclusividade, observando-se a demanda regulada pela Central Municipal de Regulação, a capacidade técnica dos prestadores e a

necessidade de ampliação da oferta assistencial, em conformidade com os princípios da universalidade, integralidade, eficiência, economicidade e supremacia do interesse público.

2.3. Nos termos do §1º do art. 79 da Lei nº 14.133/2021, o credenciamento permite que a Administração Pública selecione todos os prestadores que satisfaçam as condições previamente estabelecidas, viabilizando maior capilaridade na prestação do serviço, melhor distribuição geográfica dos atendimentos, redução das filas de espera e melhoria da integralidade da assistência.

2.4. A adoção do credenciamento também encontra respaldo na Portaria GM/MS nº 2.567/2016, que dispõe sobre a organização dos serviços ambulatoriais no âmbito do SUS e autoriza o uso de credenciamento para ampliar o acesso a procedimentos especializados, quando não houver oferta suficiente na rede própria.

2.5. Ressalta-se que a inexistência de competição viável entre os prestadores, dada a imprevisibilidade da quantidade exata de procedimentos mensais e a necessidade de adesão contínua, torna a licitação inviável como forma tradicional de seleção, sendo o credenciamento o instrumento jurídico mais adequado para atender ao interesse público, com transparência e controle.

2.6. A inexigibilidade também observa os princípios e diretrizes da Lei nº 8.080/1990 (Lei Orgânica da Saúde), garantindo que a contratação atenda ao planejamento regionalizado e às necessidades assistenciais reais da população local, conforme pactuação da gestão municipal com a rede SUS.

2.7. Por fim, a inexigibilidade de licitação está devidamente fundamentada nos elementos constantes no Estudo Técnico Preliminar (ETP), no Documento de Formalização da Demanda (DFD) e demais documentos técnicos que compõem o presente processo administrativo, estando sua legalidade assegurada.

3- DOS SERVIÇOS:

3.1. O presente Chamamento Público tem como objeto o credenciamento de pessoas jurídicas, com ou sem fins lucrativos, legalmente constituídas e com capacidade técnica comprovada, para a prestação de **cirurgias e procedimentos urológicos de média complexidade**, no âmbito da Rede Municipal de Saúde de Cabo Frio, com remuneração conforme os valores fixados na **Tabela Municipal Diferenciada de Procedimentos Urológicos**, instituída pela Secretaria Municipal de Saúde.

3.2. Os serviços compreendem a realização de intervenções cirúrgicas, diagnósticas e terapêuticas na especialidade de Urologia, incluindo procedimentos endourológicos e ambulatoriais relacionados ao trato urinário masculino e feminino e ao sistema reprodutor masculino, devendo ser executados por equipe médica habilitada, com observância às normas técnicas, sanitárias e assistenciais vigentes, aos protocolos clínicos estabelecidos e às diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS).

3.3. Os serviços serão prestados de acordo com as seguintes diretrizes:

a) Serão regulados exclusivamente pela Central Municipal de Regulação, com base em critérios clínicos e fluxos assistenciais definidos pela Secretaria Municipal de Saúde;

b) A prestação dos serviços deverá observar os princípios da universalidade, integralidade, equidade e humanização, bem como os protocolos clínicos e diretrizes estabelecidos pelo Ministério da Saúde e pela gestão local;

c) O atendimento deverá ser garantido a todos os usuários devidamente autorizados pela Regulação Municipal, independentemente de raça, cor, religião, orientação sexual, identidade de gênero, condição social ou local de residência;

d) Os prestadores credenciados deverão garantir a disponibilidade de agenda em tempo oportuno, assegurando que os procedimentos sejam realizados dentro dos prazos compatíveis com a necessidade clínica do paciente e evitando agravos decorrentes de atrasos no diagnóstico;

e) A contratada deverá apresentar estrutura física e equipamentos devidamente licenciados pela ANVISA e manter profissionais qualificados e habilitados junto aos conselhos de classe competentes, assegurando qualidade, segurança e confiabilidade dos resultados.

3.4. Os procedimentos serão autorizados exclusivamente mediante solicitação médica fundamentada, com regulação prévia da Secretaria Municipal de Saúde, observando-se o fluxo regulatório vigente, conforme critérios clínicos padronizados.

3.5. Os procedimentos objeto deste Chamamento encontram-se discriminados na **Tabela Municipal Diferenciada de Procedimentos Urológicos**, instituída pela Secretaria Municipal de Saúde, conforme detalhamento constante no Termo de Referência (Anexo X), observando-se os seguintes parâmetros:

Objeto: Cirurgias e Procedimentos Urológicos de média complexidade;

Códigos de Referência: Conforme codificação interna/municipal constante na planilha anexa;

Valores Vigentes: Conforme Tabela Municipal Diferenciada aprovada pela Secretaria Municipal de Saúde, aplicáveis à remuneração por produção efetivamente realizada.

3.6. O pagamento será realizado exclusivamente pelos procedimentos efetivamente realizados e devidamente autorizados pela Secretaria Municipal de Saúde, conforme produção mensal apresentada pelo prestador, acompanhada da documentação exigida.

4- CRITÉRIOS DE DISTRIBUIÇÃO DOS SERVIÇOS

A distribuição dos procedimentos entre os prestadores credenciados será realizada de forma transparente, equitativa e eficiente, com base em critérios técnicos previamente definidos, visando garantir o acesso da população aos serviços com qualidade, agilidade e integralidade. Para tanto, serão observados os seguintes parâmetros:

4.1. Rodízio Equitativo

Os serviços serão distribuídos de forma equilibrada entre os credenciados habilitados, respeitando a capacidade operacional declarada por cada prestador e evitando concentração de demanda em um único fornecedor. O rodízio busca assegurar isonomia entre os participantes, promovendo a sustentabilidade da rede prestadora.

4.2. Critério Geográfico

Sempre que possível, a distribuição considerará a localização geográfica dos usuários e dos estabelecimentos prestadores, a fim de reduzir deslocamentos, facilitar o acesso ao procedimento e otimizar a logística do atendimento, especialmente para populações vulneráveis ou com mobilidade reduzida.

4.3. Especialização e Capacidade Técnica

A complexidade do procedimento e a necessidade de equipamentos e equipe especializada exigem que os prestadores possuam infraestrutura compatível e equipe tecnicamente qualificada. Assim, a distribuição também poderá ser orientada conforme a demonstração de maior capacidade técnica e resolutive por parte dos credenciados.

4.4. Tempo de Resposta

O tempo de agendamento e a agilidade na realização do procedimento são fatores determinantes para a efetividade do cuidado. A distribuição da demanda poderá priorizar prestadores com menor tempo de espera, como forma de garantir o acesso oportuno e reduzir filas reprimidas.

4.5. Sistema Automatizado de Distribuição

A Secretaria Municipal de Saúde utilizará sistema informatizado de regulação para controlar e distribuir os atendimentos, com base em critérios objetivos, registro de produção e indicadores de desempenho. Esse mecanismo garante rastreabilidade, transparência e maior eficiência na gestão da oferta e da demanda.

4.6. Critérios de Qualidade e Desempenho

A continuidade na distribuição dos procedimentos também estará condicionada ao cumprimento de metas assistenciais, indicadores de qualidade, prazos estabelecidos e resultados das avaliações periódicas da contratante. Prestadores que apresentarem desempenho insatisfatório poderão ter a demanda redistribuída até adequação.

A distribuição da demanda observará critérios objetivos, técnicos e previamente definidos, vedada qualquer forma de favorecimento, direcionamento ou discricionariedade subjetiva, garantindo-se a impessoalidade, isonomia e transparência do procedimento.

5- DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

5.1. Poderão participar deste credenciamento todas as pessoas jurídicas legalmente constituídas, especializadas na prestação de serviços de saúde na área de Urologia, que atendam integralmente às condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, e que possuam infraestrutura hospitalar ou ambulatorial adequada, equipamentos compatíveis, regularidade sanitária e equipe técnica devidamente habilitada para execução de **cirurgias e procedimentos urológicos de média complexidade**, em conformidade com as normas técnicas vigentes do Sistema Único de Saúde (SUS), regulamentações da ANVISA e demais legislações aplicáveis.

5.2. A participação está condicionada à apresentação de toda a documentação exigida neste Edital, comprovando o atendimento aos requisitos de habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, qualificação técnica e econômico-financeira, bem como às declarações obrigatórias previstas em lei.

5.3. Os interessados deverão estar devidamente inscritos e regulares nos cadastros fiscais, trabalhistas e previdenciários exigidos, bem como possuir alvará de funcionamento válido e registro atualizado no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde CNES.

5.4 Não poderão participar as pessoas jurídicas:

- a) Que estejam cumprindo sanção de impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta do Município de Cabo Frio, ou que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública de qualquer esfera federativa, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, nos termos do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021;
- b) Declaradas inidôneas por ato administrativo do Poder Público, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição;
- c) Que tenham sido punidas com declaração de inidoneidade ou suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública, nos termos da **Lei nº 14.133/2021**;
- d) Que possuam dirigentes, administradores ou responsáveis técnicos que sejam servidores ou ocupem cargos comissionados na Prefeitura Municipal de Cabo Frio, exceto quando houver previsão legal que permita a contratação;
- e) Em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, dissolução ou liquidação;
- f) Que apresentem pendências junto ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) ou ao Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP);
- g) Que possuam vínculo de subordinação ou exclusividade com outras empresas já credenciadas para o mesmo objeto, quando isso puder comprometer a competitividade e a isonomia entre os prestadores;
- h) Que estejam com o Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde CNES desatualizado ou irregular para a atividade a ser desenvolvida.

5.5. É dever do credenciado manter, durante todo o período de vigência do credenciamento, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação, sob pena de descredenciamento.

6- RESTRIÇÕES À PARTICIPAÇÃO

6.1. Não será admitida a participação, direta ou indireta, de pessoas jurídicas que se enquadrem em qualquer das situações descritas a seguir, considerando-se como impedimento absoluto à habilitação:

- a) Empresas declaradas inidôneas ou suspensas de contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, nos termos do art. 156 da **Lei nº 14.133/2021**;
- b) Declaração expressa do interessado de que não pesa contra si sanção de impedimento de licitar e contratar vigente aplicada pelo Município de Cabo Frio, nem declaração de inidoneidade emitida por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal, Estadual, Distrital ou Municipal, sob as penas da lei;
- c) Empresas que se encontrem em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, dissolução ou liquidação;
- d) Empresas cujos sócios, dirigentes, administradores, responsáveis técnicos ou integrantes do quadro societário estejam cumprindo pena de inabilitação para o exercício de cargo ou função pública;
- e) Empresas cujos representantes legais possuam vínculo empregatício ou de subordinação com a Prefeitura Municipal de Cabo Frio, exceto nos casos previstos em lei que permitam a contratação;
- f) Empresas que constem no **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS)** ou no **Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP)**, mantidos pela Controladoria-Geral da União;
- g) Empresas que estejam impedidas de contratar por força de decisão judicial transitada em julgado ou determinação de órgão

de controle externo;

h) Empresas que apresentem vínculos societários ou contratuais de exclusividade com prestadores já credenciados, quando tais vínculos comprometerem a competitividade, a transparência ou a isonomia do credenciamento;

i) Empresas que não possuam registro regular e ativo no **Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde CNES**, contemplando a especialidade e os serviços objeto deste edital;

j) Empresas que tenham sido desligadas ou descredenciadas pela Prefeitura Municipal de Cabo Frio em credenciamentos anteriores, por descumprimento contratual ou irregularidade grave, nos últimos 2 (dois) anos.

6.2. A constatação, a qualquer tempo, do enquadramento da credenciada em qualquer das hipóteses de restrição acima, implicará o seu imediato desligamento do credenciamento, sem prejuízo das penalidades previstas neste Edital e na legislação vigente.

7- DO PREÇO

7.1. O valor a ser pago pelos serviços objeto deste credenciamento corresponderá estritamente aos montantes fixados na **Tabela Municipal Diferenciada de Procedimentos Urológicos**, a qual consta de forma integral e detalhada no **ANEXO IX deste Edital**, em perfeita harmonia com o inciso III do § 1º do art. 79 da Lei Federal nº 14.133/2021, não configurando tais valores garantia de volume mínimo de faturamento ou geração automática de receita ao credenciado.

7.2. Os pagamentos serão efetuados exclusivamente com base na produção efetivamente realizada, devidamente autorizada e comprovada, observando-se o teto orçamentário anual estimado em **R\$ 3.547.200,00 (três milhões quinhentos e quarenta e sete mil e duzentos reais)**, possuindo referido montante caráter meramente estimativo, não configurando obrigação de contratação integral, nem garantia de quantitativo mínimo ou faturamento ao credenciado, permanecendo a execução condicionada à demanda regulada e à disponibilidade orçamentária.

7.3. O valor por procedimento poderá ser atualizado mediante ato formal da Administração, aplicando-se o novo valor para os serviços realizados a partir da data de vigência da atualização.

7.4. O pagamento será condicionado à apresentação de faturamento acompanhado dos relatórios mensais de produção, contendo:

- a) identificação do paciente, conforme registro no sistema de regulação;
- b) data de realização do procedimento;
- c) número de autorização emitida pela Central de Regulação;
- d) laudo assinado por profissional habilitado, com número de registro no conselho de classe.

7.5. Não será admitida cobrança de valores adicionais ao Município por serviços previstos neste edital, ainda que sob justificativa de deslocamento, complexidade do procedimento ou outros custos operacionais.

7.6. O valor estabelecido no presente item já contempla todos os custos diretos e indiretos necessários à prestação dos serviços, incluindo encargos sociais, tributos, insumos, materiais, manutenção de equipamentos, despesas administrativas e demais custos decorrentes da execução contratual.

7.7. As despesas decorrentes do presente credenciamento correrão por conta de recursos específicos previstos no Plano Plurianual e na LOA Lei Orçamentária Anual, através das dotações orçamentárias abaixo descritas:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA	
Órgão:	Fundo Municipal de Saúde
Unidade:	Fundo Municipal de Saúde
Programa de Trabalho:	10.122.0029.2.121
Natureza:	3.3.90.39.00
Fonte:	1500, 1600, 1621, 1635
Ficha:	1384, 980, 1513, 979

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA	
Órgão:	Fundo Municipal de Saúde
Unidade:	Fundo Municipal de Saúde
Programa de Trabalho:	10.302.0032.2.143
Natureza:	3.3.90.39.00
Fonte:	1500, 1600, 1621, 1635
Ficha:	1124, 1118, 1515, 1123, 1122, 1121, 1119, 1120

8- DOS DOCUMENTOS E PROCEDIMENTOS NECESSÁRIOS AO CREDENCIAMENTO

8.1. Os documentos deverão ser protocolados no Setor de Contas Médicas da Secretaria Municipal de Saúde de Cabo Frio, localizado na Rua Fagundes Varela, nº 97 Bairro São Cristóvão CEP: 28909-270 Cabo Frio/RJ, de segunda a quinta-feira, no horário de 08h às 12h e de 14h às 17h.

Quando não encaminhados em seus originais, os documentos poderão ser apresentados em cópias autenticadas, exceto nos casos em que a autenticidade possa ser verificada por meio dos endereços eletrônicos oficiais dos respectivos órgãos emissores, via internet.

8.2. Relação dos Documentos para o Credenciamento

8.2.1. Solicitação de Credenciamento

a) Formulário de solicitação, conforme modelo constante no Anexo I deste edital, devidamente preenchido, datado e assinado pelo representante legal da empresa.

8.2.2. Representação por Terceiros

a) Procuração por instrumento público ou particular com firma reconhecida, quando a solicitação for feita por representante legal não constante no contrato social;

b) Documento de identificação oficial com foto do procurador.

8.2.3. Habilitação Jurídica

a) Registro comercial, no caso de empresa individual;

b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado no órgão competente, acompanhado de todas as alterações contratuais ou da consolidação;

c) Documento de eleição ou designação dos administradores, no caso de sociedades por ações ou cooperativas;

d) Decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento, expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

8.2.4. Regularidade Fiscal e Trabalhista

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

b) Certidão de regularidade para com a Fazenda Federal (Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e Dívida Ativa da União);

c) Certidão Negativa de Débitos relativos ao INSS;

d) Certificado de Regularidade do FGTS;

e) Certidão de regularidade para com a Fazenda Estadual e Municipal, conforme a sede da interessada;

f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

g) Alvará de Funcionamento vigente, emitido pelo órgão competente, compatível com a atividade objeto do credenciamento.

8.2.5. Declarações

a) Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, que proíbe o trabalho de menores em condições insalubres ou perigosas; **(ver modelo anexo II)**

b) Declaração de inexistência de impedimento para contratar com o Poder Público; **(ver modelo anexo III)**

c) Declaração de que não mantém servidor público municipal ou dirigente de órgão ou entidade contratante como sócio, dirigente ou responsável técnico; **(ver modelo anexo IV)**

d) Declaração de atendimento às exigências de acessibilidade, conforme legislação vigente; **(ver modelo anexo V)**

e) Declaração de que possui todos os equipamentos e infraestrutura necessários para a prestação do serviço, em conformidade com as normas da ANVISA e do Ministério da Saúde. **(ver modelo anexo VI)**

8.2.6. Documentação de Qualificação Técnica

a) Certificado de inscrição e responsabilidade técnica emitido pelo conselho regional de fiscalização profissional competente;

b) Certidão de Vigilância Sanitária Municipal vigente, compatível com o serviço a ser prestado;

c) Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde CNES atualizado;

d) Responsável técnico pelo serviço: **Registro de Qualificação de Especialista (RQE) na especialidade de Urologia junto ao CRM/RJ**, acompanhado do certificado de responsabilidade técnica emitido pelo órgão competente;

e) Relação nominal dos profissionais que atuarão na execução dos serviços, com respectivos horários de trabalho e indicação do Código Brasileiro de Ocupações (CBO) de cada categoria;

f) Cópia do diploma de todos os profissionais envolvidos nas ações a serem executadas;

g) Cópia da carteira de registro no respectivo Conselho Regional;

h) Comprovantes de especialização para profissionais médicos, emitidos por sociedade médica reconhecida ou comprovação de residência médica na área de atuação;

i) Relação detalhada dos equipamentos disponíveis, incluindo marca, modelo, ano de fabricação e capacidade de produção mensal dos serviços;

j) Quando aplicável, comprovação de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos, de acordo com as normas técnicas vigentes.

8.2.6.1. Os documentos constantes deste item poderão ser apresentados em original, fotocópia autenticada por Tabelião de Notas ou por servidor designado do Município, ou ainda mediante publicação em órgão da imprensa oficial.

8.2.6.2. A CREDENCIADA poderá utilizar-se do disposto no art. 124 do Decreto Municipal nº 7.074/2023, para apresentar outras formas de comprovação aceitas pela Administração.

8.2.6.3. Toda a documentação deverá ser entregue **organizada conforme estabelecido neste Edital**, em perfeito estado de conservação e **com cópias legíveis**, sob pena de indeferimento do credenciamento.

9- DA ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO

9.1. A Secretaria Municipal de Saúde, por meio da **Comissão Especial de Credenciamento**, composta por **02 (dois) membros da área técnica/solicitante (setor de Contas Médicas)**, **01 (um) representante do Fundo Municipal de Saúde**, **01 (um) representante do Conselho Municipal de Saúde** e **01 (um) representante da Gestão de Contratos**, após o recebimento da solicitação de credenciamento, terá o prazo de até **15 (quinze) dias úteis** para análise da documentação, podendo ser prorrogado por igual período, desde que devidamente justificado pela Comissão.

9.2. A Comissão Especial de Credenciamento atuará conforme as diretrizes estabelecidas no **Decreto Municipal nº 7.074/2023**, assegurando a legalidade, transparência, impessoalidade e regularidade do procedimento.

9.3. É facultada à Comissão, em qualquer fase do procedimento, a promoção de diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo, garantindo a fiel observância das exigências do edital.

9.4. A Comissão deverá realizar **visitas técnicas in loco** nas instalações de todos os interessados que prestarão serviços em seus próprios estabelecimentos, **independentemente de prévio agendamento**, para verificar a capacidade instalada, a infraestrutura disponível e as reais condições de atendimento às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.

9.5. Não serão consideradas as propostas que não estiverem em consonância com as exigências deste Edital e seus anexos.

9.6. Não será aceito o envio de documentos via fax, e-mail ou qualquer meio não previsto no edital.

9.7. Caso necessário e dependendo da demanda, a cessão de espaço municipal poderá ocorrer mediante **Termo de Cessão de Uso de Espaço**, acessório e com vigência atrelada ao contrato de prestação de serviços complementares de saúde, desde que vinculada a serviços que necessitem ser executados em unidades ambulatoriais, hospitalares ou de urgência e emergência. Essa cessão se dará de acordo com a complexidade do procedimento e a natureza dos atendimentos, considerando as classificações de risco clínicas prescritas por profissional médico, visando sobretudo à eficiência no tratamento clínico do usuário do SUS, mediante **prévia justificativa fundamentada** em processo administrativo.

10- IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

10.1. Qualquer cidadão poderá impugnar o presente Edital por supostas irregularidades, devendo protocolar o pedido na **Secretaria Municipal de Saúde de Cabo Frio**, no endereço constante no item **8.1**, para análise e decisão da **Comissão Especial de Credenciamento da Saúde**, que deverá julgar e responder à impugnação no prazo máximo de **03 (três) dias úteis**, contados do recebimento.

10.2. Qualquer interessado poderá, dentro dos prazos estabelecidos, **solicitar esclarecimentos** ou apresentar **impugnação** a este Edital de Credenciamento, mediante requerimento formal, protocolado no endereço indicado no item 8.1 ou por meio eletrônico, se disponibilizado oficialmente pela Administração.

10.3. Decairá do direito de solicitar esclarecimentos ou impugnar este Edital o interessado que não o fizer até 03 (três) dias úteis antes da data de **abertura do certame (início da vigência deste Edital)**, devendo o pedido indicar de forma objetiva, clara e fundamentada os pontos questionados ou as dúvidas a serem esclarecidas. Para as empresas que desejarem aderir ao credenciamento após a abertura inicial, eventuais pedidos de esclarecimento sobre as regras consolidadas do edital deverão ser pessoalmente protocolados em até 03 (três) dias úteis anteriores à data de entrega dos seus respectivos envelopes de habilitação.

10.4. Acolhida a impugnação ao ato convocatório, será reaberto o prazo para apresentação dos requerimentos de habilitação **apenas** se a modificação do Edital puder afetar a ampla participação de interessados no credenciamento ou alterar condições essenciais do certame.

10.5. As respostas às impugnações e pedidos de esclarecimentos serão divulgadas no mesmo meio de publicação do Edital, passando a integrar o instrumento convocatório para todos os efeitos legais, de forma a garantir transparência e igualdade de condições entre os participantes.

11- DO CREDENCIAMENTO/CONTRATO

11.1. Deferido o pedido de credenciamento, será firmado o **Termo de Credenciamento**, instrumento jurídico que atesta que a empresa está apta a prestar os serviços de saúde objeto deste Edital, observadas as condições e obrigações nele estabelecidas.

11.2. O credenciamento terá vigência inicial de **12 (doze) meses**, podendo a Administração Pública realizar a contratação a qualquer momento, conforme necessidade e disponibilidade orçamentária, para execução dos procedimentos propostos.

11.3. Em caso de duas ou mais empresas credenciadas, a cessão de eventual espaço municipal, quando necessária, será realizada de acordo com:

- I A ordem cronológica dos pedidos de credenciamento;
- II A capacidade de produção mensal declarada e comprovada pela credenciada;
- III Relação de equipamentos disponíveis e suas especificações técnicas.

11.4. Após o credenciamento, ficará a cargo do **Ordenador de Despesas** a emissão da **Ordem de Serviço** e/ou **Ordem de Contratação** para início da execução dos serviços.

11.5. Após credenciada e contratada, a entidade privada deverá:

- a) Promover a identificação na fachada do estabelecimento e nos uniformes dos colaboradores, informando que os serviços são prestados à Prefeitura Municipal de Cabo Frio;
- b) Confeccionar, no prazo máximo de **30 (trinta) dias**, placa de 2m x 1m a ser afixada na fachada da empresa, contendo layout padronizado com as logomarcas: Convênio com o SUS e Prefeitura Municipal de Cabo Frio / Secretaria Municipal de Saúde .

12- DO PRAZO

12.1. O prazo de vigência do credenciamento será de **12 (doze) meses**, contados da assinatura do Termo de Credenciamento.

12.2. O prazo poderá ser prorrogado, observados os limites do art. 107 da Lei nº 14.133/2021, desde que haja interesse público e vantagem para a Administração, formalmente demonstrados em processo administrativo.

13- CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

13.1. Os pagamentos serão efetuados exclusivamente por **crédito em conta corrente** indicada pela credenciada até a assinatura do Termo de Credenciamento.

13.2. O pagamento será proporcional à produção efetivamente realizada, auditada e aprovada pelo Setor de Contas Médicas e pela fiscalização do contrato, com base nos boletins de produção mensal apresentados, vedado qualquer pagamento antecipado.

13.3. A credenciada deverá apresentar mensalmente, ao gestor do contrato, **fatura acompanhada dos documentos comprobatórios**, seguindo as normas e prazos de entrega do faturamento definidos pela Secretaria Municipal de Saúde.

13.4. A nota fiscal deverá ser acompanhada de comprovação de quitação de encargos (INSS, ISS, FGTS) referentes ao período faturado.

13.5. Caso haja inconsistência na nota fiscal, o gestor comunicará formalmente à credenciada, que deverá emitir nova nota corrigida, reiniciando-se o prazo de pagamento.

13.6. O pagamento somente será realizado após análise documental, conferência dos dados e atesto pelo gestor do contrato.

13.7. Em caso de glosa, será assegurado à credenciada o direito à manifestação, antes da decisão final.

14- DAS PENALIDADES

14.1. O descumprimento total ou parcial do objeto, execução imperfeita, atraso injustificado ou qualquer infração contratual sujeitará a credenciada, sem prejuízo de responsabilidade civil ou criminal, e garantido o contraditório e ampla defesa, às seguintes penalidades:

- a) Advertência;
- b) Multa de até 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato ou parcela inadimplida, dobrada em caso de reincidência;
- c) Suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Administração por até 2 (dois) anos;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

14.2. As penalidades previstas neste capítulo serão aplicadas mediante processo administrativo regular, assegurados o contraditório e a ampla defesa, conforme o rito estabelecido na Lei Federal nº 14.133/2021.

14.3. O atraso injustificado sujeitará a credenciada à multa de mora de 1% (um por cento) por dia útil, limitada ao percentual máximo do art. 412 do Código Civil.

14.4. Antes de aplicar qualquer penalidade, será assegurado prazo de **03 (três) dias úteis** para defesa.

14.5. As penalidades aplicadas serão registradas no cadastro municipal e comunicadas à Secretaria Municipal de Administração para as providências cabíveis.

14.6. Se constatada a prática de ato lesivo à Administração, nos termos da Lei nº 12.846/2013, o contrato poderá ser rescindido, sem prejuízo das demais sanções previstas.

15- DOS RECURSOS

15.1. O interessado inabilitado terá prazo de **03 (três) dias úteis** para interpor recurso, contado da publicação oficial ou notificação pessoal, podendo complementar a documentação ou contestar a decisão.

15.2. O recurso será restrito às questões de habilitação e à documentação apresentada no ato da inscrição.

15.3. O protocolo do recurso deverá ser realizado na Secretaria Municipal de Saúde, no endereço indicado no item 8.1.

15.4. O prazo para decisão será de **03 (três) dias úteis** para reconsideração e, se mantida a decisão, o recurso será remetido à autoridade superior para decisão final em até **10 (dez) dias**.

15.5. O resultado final será divulgado no **Portal da Transparência** da Prefeitura de Cabo Frio.

16- DAS OBRIGAÇÕES DO GESTOR DO CREDENCIAMENTO

O gestor do credenciamento, designado pela Secretaria Municipal de Saúde, atuará como responsável direto pelo acompanhamento da execução contratual, devendo assegurar a conformidade técnica, administrativa e financeira dos serviços prestados. Compete-lhe:

16.1. Efetuar os pagamentos devidos à credenciada, observando rigorosamente as condições estabelecidas no Edital, seus anexos e no Termo de Credenciamento, garantindo que os desembolsos ocorram apenas após a comprovação da execução do serviço e o devido atesto das notas fiscais.

16.2. Atestar as notas fiscais apresentadas, após conferência da conformidade técnica e documental dos serviços executados, assegurando que o faturamento esteja de acordo com os quantitativos autorizados e a tabela de valores vigente.

16.3. Realizar, a qualquer tempo, **visitas técnicas**, programadas ou extraordinárias, nas instalações da credenciada, utilizando metodologia de avaliação técnica padronizada ou específica, podendo, para tanto, contar com apoio de outros profissionais e setores da Administração.

16.4. Analisar e validar relatórios técnicos, administrativos e estatísticos encaminhados pela credenciada, de forma a verificar o cumprimento das metas, indicadores de qualidade e padrões assistenciais estabelecidos no contrato e nos protocolos clínicos do SUS.

16.5. Prestar informações e esclarecimentos formais solicitados pela credenciada, disponibilizando documentos e elementos necessários à execução contratual, excetuados aqueles protegidos por sigilo legal ou estratégico.

16.6. Supervisionar e fiscalizar de forma permanente as ações e serviços executados, por meio de instrumentos de controle e avaliação, tais como checklists, formulários padronizados, sistemas informatizados de regulação e protocolos de auditoria, documentando todas as ocorrências relevantes e propondo medidas corretivas quando necessárias.

16.7. Aplicar, quando cabível, as penalidades legais e contratuais, em casos de inexecução total ou parcial, execução inadequada ou descumprimento de cláusulas contratuais, sempre observando o contraditório e a ampla defesa.

16.8. Orientar, por meio da Secretaria Municipal de Saúde, o fluxo e a operacionalização dos serviços, monitorando mensalmente a quantidade de procedimentos realizados, comparando com a capacidade de produção contratada e a demanda regulada, para garantir eficiência no atendimento e cumprimento dos objetivos do credenciamento.

17- DAS OBRIGAÇÕES DA CREDENCIADA

A CREDENCIADA, ao aderir ao presente Chamamento Público e assinar o Termo de Credenciamento, compromete-se a executar o objeto de forma integral, observando as normas técnicas, éticas e administrativas estabelecidas neste Edital, em seus anexos, na legislação aplicável e nas orientações da Secretaria Municipal de Saúde. Constituem obrigações da CREDENCIADA:

17.1. Prestar atendimento aos usuários do SUS, conforme especificações constantes deste Edital e do Termo de Referência, observando protocolos clínicos, diretrizes assistenciais e parâmetros técnicos estabelecidos pelo Ministério da Saúde e pela Secretaria Municipal de Saúde.

17.2. Comunicar, de forma imediata e formal ao gestor do credenciamento, qualquer alteração temporária ou definitiva no endereço, horário de funcionamento, capacidade instalada, composição societária, atos constitutivos ou no quadro técnico, encaminhando a documentação comprobatória no prazo máximo de **60 (sessenta) dias** a contar do registro da alteração.

17.3. Notificar o gestor do credenciamento sobre mudança do responsável técnico e/ou de seu substituto, apresentando o novo título de especialista e o registro no conselho de classe competente.

17.4. Manter condições adequadas de funcionamento, com infraestrutura, equipamentos e equipe técnica compatíveis com a demanda contratada, garantindo a continuidade e qualidade do serviço.

17.5. Capacitar e qualificar continuamente suas equipes, de modo a assegurar que todos os profissionais atuem de acordo com as melhores evidências científicas e técnicas.

17.6. Prestar atendimento digno, humanizado, universal e igualitário, garantindo privacidade, conforto e segurança ao paciente.

17.7. Fornecer orientações claras e objetivas aos pacientes e/ou responsáveis legais sobre o procedimento, direitos, preparos e eventuais restrições, respeitando o direito de consentimento ou recusa, exceto em situações de risco iminente à vida ou obrigação legal.

17.8. A CREDENCIADA deverá observar integralmente a Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados LGPD), adotando medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais dos usuários do SUS contra acessos não autorizados, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou difusão, nos termos do art. 46 da referida Lei, respondendo civil e administrativamente por eventuais incidentes de segurança, devendo comunicar formalmente à Administração qualquer ocorrência no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas.

17.9. Manter, durante toda a vigência do contrato, as condições de habilitação e qualificação técnica exigidas para o credenciamento.

17.10. Submeter-se integralmente à regulação da Secretaria Municipal de Saúde, cumprindo agendas, prazos e fluxos definidos, e apresentando relatórios periódicos de produção, conforme solicitado.

17.11. Manter contrato de manutenção preventiva e corretiva de todos os equipamentos utilizados, realizando aferição/calibração periódica, conforme recomendações do fabricante ou, no mínimo, anualmente.

17.12. Executar todos os serviços com recursos próprios, incluindo equipamentos, insumos, mão de obra técnica e administrativa, materiais de consumo, medicamentos, EPIs, materiais de limpeza, esterilização e demais insumos necessários para a realização dos procedimentos, em conformidade com as normas da ANVISA e demais legislações aplicáveis.

17.13. Disponibilizar ao paciente, sempre que solicitado, cópia do procedimento, laudo e imagens correspondentes, tanto em formato físico quanto eletrônico, compatível com o sistema da Secretaria Municipal de Saúde.

17.14. Abrir agendas para a Central de Regulação, enviando, com antecedência mínima de 4 (quatro) dias, a relação de profissionais, horários, dias de atendimento, orientações e preparos, garantindo atendimento em pelo menos 4 (quatro) dias da semana, no horário de 07h às 17h.

17.15. Atender integralmente a demanda regulada, respeitando o quantitativo contratado e as metas mensais estabelecidas, contribuindo para a eliminação da demanda reprimida existente.

17.16. Cumprir os prazos para reparo e substituição de equipamentos: até **48 (quarenta e oito) horas** para conserto no local e até **15 (quinze) dias corridos** para substituição, garantindo que não haja interrupção prolongada na prestação dos serviços.

17.17. Possuir e manter atualizado o **Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde CNES** e atender às exigências da Portaria MS nº 1646/2015 e demais normativas específicas para o serviço.

17.18. Cumprir integralmente as obrigações previstas no **art. 142 do Decreto Municipal nº 7.074/2023**, em especial:

- **Subcontratação:** Permitida apenas com autorização prévia da Administração, devendo a subcontratada atender aos mesmos requisitos técnicos e legais exigidos da credenciada, permanecendo a contratada principal integralmente responsável pela execução e qualidade do serviço.
- **Encaminhamento de Pacientes:** Realizado exclusivamente via sistema informatizado oficial, garantindo registro, autorização e distribuição equitativa de vagas entre os credenciados.

17.19. Manter estrutura física e tecnológica em conformidade com as normas sanitárias e regulatórias vigentes, incluindo a observância às exigências da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), especialmente quanto às condições de funcionamento de centro cirúrgico, processamento e esterilização de materiais (RDC nº 15/2012), segurança do paciente, controle de infecção hospitalar, bem como assegurar a manutenção preventiva e corretiva periódica de equipamentos médicos e hospitalares utilizados na execução dos procedimentos, com registros documentais disponíveis para fiscalização da Administração.

17.20. Cumprir fielmente as orientações e determinações emitidas pela Secretaria Municipal de Saúde, mantendo postura colaborativa com os setores de regulação, auditoria, fiscalização e controle interno.

17.21. Não cobrar, em hipótese alguma, qualquer valor adicional do paciente ou de seu responsável, sob pena de descredenciamento imediato e aplicação das sanções cabíveis.

18- DA RESPONSABILIDADE DA CREDENCIADA

18.1. Responder integralmente por qualquer cobrança indevida feita ao paciente ou ao seu responsável legal, por profissional, empregado ou preposto, em razão da execução do objeto deste Edital, sujeitando-se às penalidades cabíveis e ao ressarcimento dos valores eventualmente recebidos.

18.2. Responder por todos os danos, diretos ou indiretos, causados ao gestor do credenciamento, aos pacientes ou a terceiros durante a execução dos serviços, não sendo essa responsabilidade excluída ou reduzida pela presença de fiscalização ou acompanhamento por parte da Administração Pública.

18.3. Assumir integralmente os encargos trabalhistas, previdenciários, civis, fiscais e comerciais decorrentes da execução do contrato, inclusive aqueles oriundos de acordos, convenções ou dissídios coletivos, devendo comprovar o adimplemento sempre que solicitado pelo gestor do credenciamento, sob pena de suspensão de pagamento.

18.4. Responsabilizar-se pela contratação de todo o pessoal necessário à execução dos serviços, assumindo integralmente as obrigações trabalhistas, civis, comerciais e fiscais previstas na legislação vigente, sem qualquer vínculo empregatício com a Administração Pública.

18.5. No caso de ações trabalhistas movidas por empregados ou terceirizados da credenciada, ou da existência de débitos previdenciários decorrentes da execução do contrato que incluam a FMS, a Secretaria Municipal de Saúde ou o Município de Cabo Frio no polo passivo, o gestor do credenciamento poderá reter parcelas vincendas correspondentes a até **três vezes** o valor cobrado, podendo complementar a retenção em caso de insuficiência, até a solução da demanda.

19- DO CONTROLE, AVALIAÇÃO, VISTORIA E FISCALIZAÇÃO DO OBJETO

19.1. A execução dos serviços credenciados será objeto de acompanhamento, supervisão e avaliação permanentes pela Secretaria Municipal de Saúde, por meio de setor competente e de servidores formalmente designados, visando assegurar a plena conformidade com as condições estabelecidas neste Edital, no Termo de Referência e no contrato.

19.2. A fiscalização administrativa e técnica abrangerá, de forma exemplificativa e não exaustiva:

- I verificação das condições técnicas, operacionais e estruturais do prestador;
- II avaliação da qualidade dos serviços prestados, observando indicadores de desempenho previamente definidos;
- III monitoramento do cumprimento de prazos, fluxos e metas;
- IV análise documental, contábil e fiscal;
- V verificação da regularidade profissional dos responsáveis técnicos e demais profissionais de saúde envolvidos.

19.3. A fiscalização não exime a CREDENCIADA de sua responsabilidade integral pelos serviços, inclusive quanto a danos causados a pacientes, à Administração ou a terceiros, nem transfere à Administração qualquer corresponsabilidade técnica, jurídica ou financeira.

19.4. A CREDENCIADA deverá permitir livre acesso dos fiscais aos locais de execução, equipamentos, sistemas, registros e documentos físicos ou digitais relacionados ao contrato, inclusive aqueles de natureza contábil, operacional e técnica.

19.5. O acompanhamento poderá incluir:

- a) visitas técnicas programadas ou extraordinárias, inclusive sem aviso prévio;
- b) auditorias internas ou externas;
- c) inspeções sanitárias;
- d) aplicação de checklists padronizados de conformidade;
- e) avaliação de indicadores de qualidade assistencial e de segurança do paciente.

19.6. O descumprimento total ou parcial das obrigações contratuais, sem justificativa aceita pela Administração, será registrado em relatório circunstanciado e poderá ensejar advertências, glosas, multas ou até a rescisão contratual, sem prejuízo de outras medidas legais cabíveis.

19.7. Toda ocorrência relevante deverá ser formalmente registrada e comunicada pelo fiscal à autoridade competente, no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis**, acompanhada de parecer técnico e eventuais recomendações.

19.8. Alterações na capacidade instalada, estrutura física, quadro técnico ou equipamentos que impactem a execução contratual deverão ser comunicadas previamente ao gestor, que poderá autorizar, restringir ou suspender temporariamente a prestação dos serviços, conforme avaliação.

19.9. A não observância das orientações e determinações oriundas da fiscalização poderá ensejar aplicação de penalidades cumulativas, nos termos deste Edital e da legislação aplicável.

20- DO DESCREDECIMENTO

20.1. Constituem motivos para descredenciamento, independentemente da aplicação de penalidades específicas:

- I descumprimento reiterado de cláusulas contratuais;
- II prestação de serviços em desacordo com as normas sanitárias e técnicas vigentes;

III cometimento de infração administrativa grave, devidamente comprovada;
IV perda das condições de habilitação ou qualificação técnica exigidas para o credenciamento;
V falsidade de informações ou documentos apresentados no processo.

20.2. O descredenciamento poderá ser determinado a qualquer tempo, durante a vigência do contrato, observados o contraditório e a ampla defesa, mediante processo administrativo instaurado para este fim.

20.3. A rescisão decorrente de descredenciamento não gerará direito a indenização, assegurando-se apenas o pagamento dos serviços efetivamente prestados e devidamente atestados até a data de sua efetivação.

20.4. O descredenciamento será registrado em sistema próprio e comunicado aos órgãos de controle, podendo implicar impedimento de participação em novos certames pelo prazo que for fixado na decisão administrativa.

20.5. A renúncia voluntária ao credenciamento deverá ser comunicada formalmente à Administração com antecedência mínima de **120 (cento e vinte) dias**, garantindo a continuidade da assistência até o desligamento efetivo.

20.6. Da Rescisão e das Sanções

20.6.1. A rescisão do Termo de Credenciamento observará o disposto no art. 19 do Decreto Municipal nº 7.074/2023 e poderá ocorrer:

I por iniciativa da Administração, em razão de infração grave, descumprimento contratual, interesse público ou necessidade de reorganização da rede de serviços;
II por solicitação formal do credenciado, com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias, sem prejuízo da continuidade dos atendimentos já agendados;
III por mútuo acordo entre as partes;
IV nos casos de descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas, execução inadequada, paralisação injustificada, prática de atos ilícitos ou perda das condições de habilitação exigidas;
V nas demais hipóteses previstas em lei.

20.6.2. O descumprimento contratual sujeitará o credenciado às sanções previstas no Decreto Municipal nº 7.074/2023 e na Lei Federal nº 14.133/2021, a saber:

a) advertência;
b) multa;
c) suspensão temporária de participação em chamamentos públicos no Município de Cabo Frio;
d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

20.6.3. O pedido de descredenciamento voluntário deverá ser formalizado com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias, não eximindo o credenciado das obrigações já assumidas.

21. DO ADIAMENTO, REVOGAÇÃO OU ANULAÇÃO DO EDITAL DE CREDENCIAMENTO

21.1. A Administração poderá, por despacho motivado, adiar, prorrogar, revogar ou anular, no todo ou em parte, o presente certame, sem que disso resulte qualquer direito a indenização ou ressarcimento por parte dos interessados, assegurando-se apenas o pagamento pelos serviços efetivamente prestados e atestados.

21.2. A revogação ocorrerá por razões de interesse público, supervenientes e devidamente justificadas. A anulação será aplicada nos casos de ilegalidade formal ou material do procedimento, constatada de ofício ou provocada por terceiros, mediante decisão fundamentada.

21.3. O ato que decidir pela revogação ou anulação deverá ser publicado no Portal da Transparência e nos meios oficiais de comunicação da Prefeitura, produzindo efeitos imediatos.

22. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

22.1. A participação neste credenciamento implica aceitação plena e irrevogável de todas as condições estabelecidas neste Edital, seus anexos e eventuais retificações.

22.2. O credenciamento não obriga a Administração a contratar a totalidade dos serviços ou a demandar quantitativos mínimos, ficando a contratação vinculada às necessidades e à disponibilidade orçamentária.

22.3. O acionamento dos serviços dependerá de requisição formal e autorização prévia da Secretaria Municipal de Saúde, não sendo admitida demanda espontânea diretamente ao prestador sem regulação.

22.4. É de responsabilidade exclusiva dos interessados acompanhar publicações, comunicados e convocações no Portal da Prefeitura e nos meios oficiais de divulgação.

22.5. É vedada a adesão de outros órgãos ou entidades da Administração Pública ao presente credenciamento, restringindo-se o contrato à Administração responsável, conforme Decreto Municipal nº 7.074/2023.

22.6. A prestação dos serviços deverá ser iniciada imediatamente após a assinatura do contrato e emissão da Ordem de Fornecimento, sob pena de aplicação das penalidades previstas, salvo motivo de força maior devidamente comprovado e aceito pelo gestor.

22.7. Em estrita observância ao inciso IV do art. 142 do Decreto Municipal nº 7.074/2023, o presente chamamento adota e submete as proponentes às cláusulas padronizadas do negócio jurídico de credenciamento estabelecidas nesta minuta e no termo de contrato/credenciamento correlato, as quais são idênticas para todos os prestadores habilitados, visando assegurar a isonomia e a estabilidade das condições assistenciais e remuneratórias.

23. DAS CLÁUSULAS COMPLEMENTARES DECRETO MUNICIPAL Nº 7.074/2023

Em cumprimento ao disposto nos arts. 143 a 151 do Decreto Municipal nº 7.074/2023, que regulamenta a aplicação da Lei nº 14.133/2021 no âmbito da Administração Pública Municipal de Cabo Frio, o presente Termo de Referência contempla as seguintes disposições complementares:

Art. 143. A inscrição de interessados no credenciamento implica a aceitação integral e irrestrita de todas as condições estabelecidas no edital de credenciamento e neste Decreto.

§ 1º O interessado que atender a todos os requisitos previstos no edital de credenciamento, se habilitado, será credenciado no órgão ou entidade credenciante, encontrando-se apto a ser contratado para executar o objeto quando convocado.

Art. 144. Não há impedimento que um mesmo interessado, quando couber, seja credenciado para executar mais de um objeto ou item, desde que possua os requisitos de habilitação para todos.

§ 1º O credenciado, no caso descrito no caput deste artigo, poderá apresentar de uma vez só a documentação exigida, salvo se as exigências de capacidade técnica forem diferenciadas, devendo, neste caso, apresentar complementação da documentação relativa a este quesito.

§ 2º Durante a vigência do credenciamento, os credenciados deverão manter todas as condições exigidas para a habilitação relacionadas às condições de credenciamento e constantes perante o cadastro unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas e no Cadastro de Fornecedores, sob pena de descredenciamento.

Art. 145. O credenciamento não estabelece a obrigação do órgão ou entidade credenciante em efetivar a contratação, face à sua precariedade e, por isso, a qualquer momento, o credenciado ou o credenciante poderá cancelar o credenciamento, inclusive quando for constatada qualquer irregularidade na observância e cumprimento das normas fixadas no edital, neste Decreto e na legislação pertinente, sem prejuízo do contraditório e da ampla defesa.

Art. 146. O credenciado que deixar de cumprir as exigências deste Decreto, do edital de credenciamento ou dos contratos firmados com a Administração será descredenciado para a execução de qualquer objeto, sem prejuízo das sanções previstas nos arts. 156 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021.

Art. 147. O credenciado poderá, a qualquer tempo, solicitar seu descredenciamento mediante o envio de solicitação escrita ao órgão ou entidade responsável pelo credenciamento.

§ 1º A formalização do descredenciamento deverá ocorrer no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis.

§ 2º O pedido de descredenciamento não desincumbe o credenciado do cumprimento de eventuais contratos assumidos e das responsabilidades a eles atreladas, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

Art. 148. Após homologação do procedimento de credenciamento, os órgãos ou entidades poderão dar início ao processo de contratação, observado o disposto no art. 38, no que couber.

Art. 149. O credenciamento não garante sua efetiva contratação pelo órgão ou entidade interessada na contratação.

Parágrafo único. A contratação do credenciado somente poderá ocorrer por vontade do órgão ou entidade contratante e desde que esteja em situação regular perante as exigências de habilitação para o credenciamento.

Art. 151. A Administração convocará o credenciado no prazo definido no edital de credenciamento, para assinar ou retirar o instrumento contratual, dentro das condições estabelecidas na legislação e no edital e dar início à execução do serviço, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas nos arts. 156 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021 e no edital de credenciamento.

24. RELAÇÃO DE ANEXOS:

Integram o presente Edital, para todos os efeitos legais, os seguintes anexos, considerados parte indissociável deste instrumento convocatório:

Anexo I Modelo de Solicitação de Credenciamento;

Anexo II Modelo de Declaração de Cumprimento do Art. 7º, XXXIII da Constituição Federal (Declaração de Menor);

Anexo III Modelo de Declaração de inexistência de impedimento para contratar com o Poder Público ;

Anexo IV Modelo de Declaração de que não mantém servidor público municipal ou dirigente de órgão ou entidade contratante como sócio, dirigente ou responsável técnico;

Anexo V Modelo de Declaração de atendimento às exigências de acessibilidade, conforme legislação vigente;

Anexo VI Modelo de Declaração de que possui todos os equipamentos e infraestrutura necessários para a prestação do serviço;

Anexo VII Modelo de Procuração para Representação;

Anexo VIII Minuta do Termo de Credenciamento;

Anexo IX Tabela Municipal Diferenciada e Estimativa de Custo Detalhada: tabela com procedimentos, quantidades e valores;

Anexo X Termo de Referência (TR).

Parágrafo único. Todos os modelos e minutas anexos deverão ser observados e preenchidos conforme as instruções específicas, sob pena de inabilitação, devendo as declarações ser emitidas em papel timbrado da proponente, assinadas pelo representante legal e acompanhadas, quando cabível, da documentação comprobatória.

25. APROVAÇÃO E PUBLICAÇÃO DO EDITAL

Nos termos do artigo 53 da Lei Federal nº 14.133/2021, o presente Edital foi previamente submetido à análise e aprovação da autoridade competente, que atestou sua conformidade jurídica, técnica e administrativa, garantindo a legalidade e a regularidade do procedimento de credenciamento.

Após a aprovação, o presente instrumento convocatório será publicado integralmente no Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Cabo Frio, no Diário Oficial do Município, no site oficial do Município, bem como no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), devendo permanecer disponível para consulta e download durante toda a sua vigência, em estrita observância ao art. 142 do Decreto Municipal nº 7.074/2023 e aos princípios da publicidade, isonomia e eficiência que regem a Administração Pública, assegurando o caráter de cadastramento permanente.

Cabo Frio/RJ, 18 de Maio de 2026.

BEATRIZ CAVALCANTE TRINDADE MARINS
Secretária Municipal de Saúde
Mat.: 240403

ANEXO I

SOLICITAÇÃO DE CREDENCIAMENTO

À Comissão Especial de Credenciamento, Sr.(a) Presidente,

Eu, abaixo assinado, na qualidade de representante legal da empresa identificada a seguir, tendo tomado pleno conhecimento do **Edital de Chamamento Público nº XXX/SEMUSA/CB/2026**, referente ao **Processo Administrativo nº XXXX/2026**, e ciente de todos os seus termos, condições e obrigações, venho, por meio desta, **requerer o credenciamento** no presente procedimento, apresentando os seguintes dados cadastrais:

Razão Social:
CNPJ:
Endereço da sede ou filial a credenciar:
Telefone empresarial e/ou e-mail e/ou outros contatos
Informações Bancárias: Banco: Agência: Conta Corrente:
Observações:

Declaro que as informações acima são verdadeiras e que todos os documentos exigidos para o credenciamento estão devidamente anexados a esta solicitação, em conformidade com o Edital.

Cabo Frio/RJ, _____ de _____ de 2026.

(Assinatura) Identificação da Razão Social Identificação do Sócio Administrador ou Representante Constituído

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

(Razão Social da Empresa Proponente), inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____, expedida por _____, e inscrito(a) no CPF nº _____,

DECLARA, sob as penas da lei, para fins de atendimento ao disposto no **inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal**, que:

- Não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- Não emprega menores de dezesseis anos em qualquer trabalho;
- **Ressalva:** emprega menor, a partir de quatorze anos, exclusivamente na condição de **aprendiz** ().

Cabo Frio/RJ, _____ de _____ de 2026.

(Assinatura) Identificação da Razão Social

Identificação do Sócio Administrador ou Representante Constituído

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE IMPEDIMENTO PARA CONTRATAR COM O PODER PÚBLICO

A (Razão Social da empresa proponente), inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede à (endereço completo), por intermédio de seu representante legal, (nome completo), portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA, sob as penas da lei e para os devidos fins, que:

1- Atende integralmente às exigências de acessibilidade previstas na legislação vigente, especialmente no disposto na Lei nº 10.098/2000, no Decreto nº 5.296/2004, na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) e demais normas aplicáveis;

2- Possui estrutura física, equipamentos, instalações e serviços adaptados e acessíveis para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, de forma a assegurar atendimento adequado, seguro e inclusivo;

3- Mantém e manterá, durante toda a execução contratual, a conformidade com as normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas ABNT, em especial a NBR 9050 e demais normas correlatas;

4- Compromete-se a adotar todas as medidas necessárias para garantir a acessibilidade nos serviços prestados, incluindo, quando aplicável, comunicação acessível, mobiliário adaptado, sinalização adequada e eliminação de barreiras arquitetônicas;

5- Compromete-se a comunicar à Administração Pública qualquer alteração que possa comprometer as condições de acessibilidade, promovendo as adequações necessárias de forma imediata.

Por ser a expressão da verdade, firmo a presente declaração, ciente de que a falsidade de informações implicará nas sanções previstas em lei, inclusive na Lei Federal nº 14.133/2021, sem prejuízo das demais cominações legais.

A (Razão Social da empresa proponente), inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede à (endereço completo), por intermédio de seu representante legal, (nome completo), portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA, sob as penas da lei e para os devidos fins, que:

1. Não se encontra impedida de licitar, contratar ou celebrar ajustes com a Administração Pública, em qualquer esfera (federal, estadual, distrital ou municipal);

2. Não está suspensa temporariamente de participar de licitação nem impedida de contratar com o Poder Público;

3. Não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública;

4. Não possui qualquer restrição que a impeça de participar do presente procedimento de credenciamento;

5. Compromete-se a informar à Administração Pública, imediatamente, qualquer fato superveniente que venha a gerar impedimento para licitar ou contratar, durante a vigência do presente credenciamento.

Por ser a expressão da verdade, firmo a presente declaração, ciente de que a falsidade de informações implicará nas sanções previstas em lei, inclusive na Lei Federal nº 14.133/2021, sem prejuízo das demais cominações legais.

Cabo Frio/RJ, _____ de ____ de 2026.

(Assinatura) Identificação da Razão Social Identificação do Sócio Administrador ou Representante
Constituído

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE SERVIDOR PÚBLICO NO QUADRO SOCIETÁRIO

(Razão Social da Empresa Proponente), inscrita no CNPJ nº _____, participante da Chamada Pública nº 003/SEMUSA/CB/2026, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____, expedida por _____, e inscrito(a) no CPF nº _____,

DECLARA, sob as penas da lei, que **não possui** em seu quadro societário servidor público da ativa, nem empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista desta municipalidade, atendendo integralmente às exigências previstas no edital.

Cabo Frio/RJ, _____ de ____ de 2026.

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO ÀS EXIGÊNCIAS DE ACESSIBILIDADE

Eu, [Nome do Responsável], portador(a) do CPF nº [CPF], na qualidade de [Cargo/Responsável] da [Nome da Unidade/Empresa], declaro, para os devidos fins, que possuímos toda a infraestrutura e equipamentos necessários para a adequada prestação do serviço de urologia, em estrita conformidade com as normas e regulamentos estabelecidos pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e pelo Ministério da Saúde.

A nossa estrutura contempla:

Equipamentos de urologia aprovados e calibrados regularmente, compatíveis com os requisitos técnicos e de segurança exigidos pelos órgãos reguladores;

Ambiente específico, higienizado, acessível, arejado e equipado de forma a garantir a segurança, conforto e privacidade dos pacientes;

Equipe de profissionais altamente qualificados, treinados e habilitados para a realização e interpretação dos procedimentos, em conformidade com as normativas vigentes;

Implementação de protocolos de biossegurança, controle de qualidade e manutenção preventiva, assegurando a segurança do paciente e a confiabilidade dos resultados.

Declaro ainda que cumprimos todas as exigências normativas e regulamentares aplicáveis ao procedimento, garantindo a segurança, qualidade e efetividade na prestação do serviço.

Por ser verdade, firmo a presente declaração.

A (Razão Social da empresa proponente), inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede à (endereço completo), por intermédio de seu representante legal, (nome completo), portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA, sob as penas da lei e para os devidos fins, que:

1- Atende integralmente às exigências de acessibilidade previstas na legislação vigente, especialmente no disposto na Lei nº 10.098/2000, no Decreto nº 5.296/2004, na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) e demais normas aplicáveis;

2- Possui estrutura física, equipamentos, instalações e serviços adaptados e acessíveis para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, de forma a assegurar atendimento adequado, seguro e inclusivo;

3- Mantém e manterá, durante toda a execução contratual, a conformidade com as normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas ABNT, em especial a NBR 9050 e demais normas correlatas;

4- Compromete-se a adotar todas as medidas necessárias para garantir a acessibilidade nos serviços prestados, incluindo, quando aplicável, comunicação acessível, mobiliário adaptado, sinalização adequada e eliminação de barreiras arquitetônicas;

5- Compromete-se a comunicar à Administração Pública qualquer alteração que possa comprometer as condições de acessibilidade, promovendo as adequações necessárias de forma imediata.

Por ser a expressão da verdade, firmo a presente declaração, ciente de que a falsidade de informações implicará nas sanções previstas em lei, inclusive na Lei Federal nº 14.133/2021, sem prejuízo das demais cominações legais.

Cabo Frio/RJ, _____ de ____ de 2026.

(Assinatura) Identificação da Razão Social Identificação do Sócio Administrador ou Representante Constituído

ANEXO VI

DECLARAÇÃO DE QUE POSSUI TODOS OS EQUIPAMENTOS E INFRAESTRUTURA NECESSÁRIOS PARA A PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

Eu, [Nome do Responsável], portador(a) do CPF nº [CPF], na qualidade de [Cargo/Responsável] da [Nome da Unidade/Empresa], declaro, para os devidos fins, que possuímos toda a infraestrutura e equipamentos necessários para a adequada prestação do serviço de urologia, em estrita conformidade com as normas e regulamentos estabelecidos pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e pelo Ministério da Saúde.

A nossa estrutura contempla:

Equipamentos de urologia aprovados e calibrados regularmente, compatíveis com os requisitos técnicos e de segurança exigidos pelos órgãos reguladores;

Ambiente específico, higienizado, acessível, arejado e equipado de forma a garantir a segurança, conforto e privacidade dos pacientes;

Equipe de profissionais altamente qualificados, treinados e habilitados para a realização e interpretação dos procedimentos, em conformidade com as normativas vigentes;

Implementação de protocolos de biossegurança, controle de qualidade e manutenção preventiva, assegurando a segurança do paciente e a confiabilidade dos resultados.

Declaro ainda que cumprimos todas as exigências normativas e regulamentares aplicáveis ao procedimento, garantindo a segurança, qualidade e efetividade na prestação do serviço.

Por ser verdade, firmo a presente declaração.

Cabo Frio/RJ, _____ de ____ de 2026.

(Assinatura) Identificação da Razão Social Identificação do Sócio Administrador ou Representante Constituído

ANEXO VII

INSTRUMENTO DE PROCURAÇÃO

A Empresa _____, com sede à Rua/Avenida/Alameda _____, nº _____, Bairro _____, Cidade _____, Estado _____, inscrita no CNPJ sob o nº ****, por seu (diretor, sócio-gerente ou proprietário), ** _____, portador(a) da Cédula de Identidade RG nº **** e do CPF nº ****, no uso das atribuições legais que lhe conferem o Estatuto/Contrato Social, CONSTITUI por meio deste instrumento, como seu bastante procurador(a), para fins de representação junto à Chamada Pública nº XXX/SEMUSA/CB/2026, promovida pelo Município de Cabo Frio/RJ, o(a) Sr(a). _____, portador(a) da Cédula de Identidade RG nº ** _____ e do CPF nº _____, conferindo-lhe os seguintes poderes:

Representar a empresa perante a Comissão Especial de Credenciamento e demais órgãos competentes;

- Prestar esclarecimentos, assinar contratos e/ou Termo de Credenciamento;
- Interpor, acompanhar e renunciar a recursos administrativos;
- Receber notificações e intimações;
- Praticar todos os demais atos necessários à defesa dos interesses da empresa no âmbito deste procedimento.

Por ser expressão da vontade da outorgante, firma o presente instrumento, que permanecerá válido até o término da presente Chamada Pública ou até eventual revogação expressa.

_____, em _____ de _____ de 2026.

(Assinatura) Identificação da Razão Social Identificação do Sócio Administrador ou Representante Constituído

OBSERVAÇÕES:

1- Este documento constitui modelo de referência e deverá ser devidamente preenchido e assinado pelo representante legal da empresa, sendo obrigatória a juntada de documento que comprove os poderes de delegação do outorgante (ex.: contrato social, ata de eleição ou instrumento equivalente).

2- Caso a empresa opte por outro modelo de procuração, deverão constar, no mínimo, os poderes aqui elencados para participação no credenciamento.

ANEXO VIII

MINUTA DE TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº XX/XXX

TERMO DE CREDENCIAMENTO, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CABO FRIO, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DE OUTRO LADO A INSTITUIÇÃO PRIVADA XXXXXXXXXXXXXXXXXX.

O **MUNICÍPIO DE CABO FRIO / RJ**, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Saúde, localizado na Rua Fagundes Varela, nº 97, São Cristóvão, inscrito no CNPJ nº. XX.XXX.XXX/XXXX-XX., **XXXXXXXXXXXXXXXXXX**, nomeado pela

Portaria nº XXXX, de XX/XX/XX, portador da C. I. nº XXXXXXXXXXXXX e CPF nº XXXXXXXX, e de outro lado xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, doravante denominada simplesmente **CREDENCIADO(A)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº xx.xxx.xxx/xxxx-xx, com sede na (endereço), neste ato representado por, **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, portador(a) da C. I. nº. xxxxxxxxxxxx, expedida pelo xxxxxxxx, inscrito no CPF sob o nº. xxxxxxxxxxxxxxxx, resolvem celebrar o presente **TERMO DE CREDENCIAMENTO**, tendo em vista o constante e decidido no **Processo Administrativo nº XXXX/2026** e de acordo com o **Edital de Chamamento Público nº XXX/SEMUSA/CB/2026**, contendo as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O presente Termo de Credenciamento rege-se pelas disposições previstas:

- I Nos arts. 24 e seguintes da Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde), e demais alterações posteriores;
- II Nos arts. 6º, inciso XLIII, 74, inciso IV, 78, inciso I, e 79, inciso III e parágrafo único, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos);
- III Na Portaria GM/MS nº 2.567, de 25 de novembro de 2016, e demais atos normativos do Ministério da Saúde correlatos;
- IV Na Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal);
- V No Decreto Municipal nº 7.074, de 14 de novembro de 2023, e demais normas municipais aplicáveis;
- VI Nos preceitos de Direito Público e demais disposições legais pertinentes;
- VII Nas cláusulas e condições previstas neste instrumento e em seus anexos, que integram o presente Termo para todos os fins de direito.

Parágrafo Único A CREDENCIADA declara, para todos os efeitos, que:

- a) tem pleno conhecimento de todas as normas legais, regulamentares e contratuais que regem a matéria;
- b) compromete-se a cumpri-las integralmente, sujeitando-se às penalidades previstas, mesmo quando não transcritas de forma expressa neste instrumento;
- c) reconhece que a execução dos serviços dar-se-á em estrita observância às condições estabelecidas no Edital de Chamamento Público, no Termo de Referência e nos demais anexos que integram este credenciamento.

CLÁUSULA SEGUNDA DO OBJETO

Constitui objeto do presente Termo o **credenciamento de empresas especializadas** na prestação de serviços de [xxxxx], conforme especificações técnicas, quantitativos, requisitos e condições estabelecidas no Edital de Chamamento Público nº XXX/SEMUSA/CB/2026 e em seus anexos, visando ao atendimento dos usuários do Sistema Único de Saúde SUS do Município de Cabo Frio/RJ, pelo período inicial de 12 (doze) meses.

§ 1º A prestação dos serviços abrangerá todos os atos necessários à execução integral do objeto, incluindo fornecimento de mão de obra qualificada, insumos, equipamentos, estrutura física adequada e demais meios indispensáveis, em conformidade com as normas técnicas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária ANVISA e demais legislações correlatas.

§ 2º Os serviços deverão ser executados exclusivamente mediante solicitação formal e autorização prévia da Secretaria Municipal de Saúde, por intermédio de sua Central de Regulação Municipal, sendo vedada a realização de atendimentos particulares, bem como a cobrança de qualquer valor adicional aos usuários do SUS, sob pena de rescisão imediata e aplicação das sanções legais cabíveis.

§ 3º A execução do objeto observará rigorosamente:

- I o fluxograma e os protocolos assistenciais definidos pela Secretaria Municipal de Saúde;
- II os quantitativos máximos autorizados;
- III a compatibilidade entre a agenda disponibilizada e a demanda regulada pelo Município;
- IV os padrões de qualidade e humanização do atendimento previstos na Política Nacional de Humanização do SUS.

CLÁUSULA TERCEIRA DA FORMA DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

A execução dos serviços objeto deste credenciamento será realizada pela CREDENCIADA, sob sua exclusiva responsabilidade técnica, administrativa, operacional e financeira, abrangendo o fornecimento de toda a mão de obra, insumos, equipamentos, infraestrutura física e tecnológica, necessários à perfeita e contínua prestação dos serviços, conforme especificações do Edital, do Termo de Referência e demais anexos.

§ 1º Estrutura física mínima

A CREDENCIADA deverá dispor de espaço físico adequado, devidamente regularizado e compatível com a legislação sanitária vigente, contemplando no mínimo:

- I Área de recepção e sala de espera, com assentos suficientes e climatização adequada;
- II Banheiros adaptados, com acessibilidade universal;
- III Sala(s) de procedimento dotada(s) de isolamento e condições de higiene, segurança e conforto;
- IV Sala administrativa para agendamento, organização de prontuários e apoio operacional;
- V Ambientes devidamente sinalizados, higienizados e com controle de acesso.

§ 2º Equipamentos e insumos

I Todos os equipamentos necessários à execução dos serviços deverão ser próprios da CREDENCIADA, em perfeito estado de funcionamento, submetidos a manutenção preventiva e corretiva, bem como calibração e certificações exigidas pela legislação técnica;

II A CREDENCIADA será responsável por todos os insumos utilizados nos atendimentos, incluindo materiais de expediente, materiais médico-hospitalares, itens de limpeza e higienização, produtos para desinfecção e esterilização de instrumentos e superfícies.

§ 3º Equipe técnica

I Os serviços serão prestados exclusivamente por profissionais vinculados à CREDENCIADA, devidamente registrados no CNES e com comprovação de habilitação legal e especialização técnica exigida;

II Deverá ser indicado **Responsável Técnico** e seu substituto, ambos com registro ativo no Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro e título de especialista emitido pela respectiva sociedade científica;

III Deverá ser garantida a disponibilidade de profissionais em número suficiente para atender a demanda regulada, evitando filas, atrasos ou cancelamentos indevidos.

§ 4º Agendamento e execução

I Os atendimentos serão agendados exclusivamente via Central de Regulação Municipal, sendo vedado agendamento direto pelo prestador com o paciente;

II Deverão ser informados à Secretaria Municipal de Saúde, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, os horários, datas e profissionais escalados;

III Em caso de alteração de agenda ou impossibilidade de atendimento, a CREDENCIADA deverá comunicar de imediato à Central de Regulação e ao paciente, remarcando o procedimento no menor prazo possível.

§ 5º Continuidade e qualidade do serviço

I O padrão de atendimento deverá observar as diretrizes da Política Nacional de Humanização do SUS;

II As interrupções na prestação dos serviços só serão admitidas em casos de força maior, mediante justificativa aceita pelo GESTOR DO CREDENCIAMENTO, devendo a CREDENCIADA assegurar, sempre que possível, a continuidade do atendimento por meio de plano emergencial;

III Os laudos e resultados deverão ser entregues em meio físico e/ou eletrônico compatível com o sistema do Município de Cabo Frio/RJ, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, salvo especificação técnica diversa para determinados procedimentos.

CLÁUSULA QUARTA DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

I Obrigações da CREDENCIADA

1- Executar integralmente os serviços credenciados, conforme quantitativos e especificações técnicas estabelecidas no Edital, Termo de Referência e anexos;

2- Atender exclusivamente usuários do SUS, mediante encaminhamento autorizado pela Secretaria Municipal de Saúde, sendo vedada a cobrança de valores adicionais ou complementares aos pacientes ou seus responsáveis;

3- Garantir a execução dos serviços com observância integral das normas sanitárias, trabalhistas, fiscais e previdenciárias vigentes, respondendo por todas as despesas e encargos decorrentes;

4- Manter durante toda a vigência do contrato todas as condições de habilitação e qualificação técnica exigidas no credenciamento;

5- Assegurar que todos os profissionais estejam devidamente registrados nos respectivos Conselhos de Classe e cadastrados no CNES, apresentando periodicamente à Secretaria Municipal de Saúde a relação atualizada da equipe;

6- Disponibilizar infraestrutura física e tecnológica conforme padrões mínimos definidos na Cláusula Terceira e no Termo de Referência;

7- Realizar manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos, substituindo-os no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas em caso de pane, ou 15 (quinze) dias quando for necessária substituição definitiva;

8- Fornecer relatórios mensais detalhados contendo dados quantitativos, qualitativos e indicadores de produção, conforme modelo a ser definido pela Secretaria Municipal de Saúde;

9- Nomear formalmente um preposto com poderes de decisão para interlocução administrativa com o GESTOR DO CREDENCIAMENTO;

10- Permitir e facilitar a fiscalização por parte da Administração, Conselhos de Saúde e demais órgãos de controle, fornecendo todos os documentos e informações solicitados;

11- Cumprir protocolos e fluxos assistenciais estabelecidos pela Secretaria Municipal de Saúde;

12- Preservar o sigilo e a confidencialidade das informações e dados pessoais dos pacientes, em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados LGPD (Lei Federal nº 13.709/2018).

II Obrigações do MUNICÍPIO

1- Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços por meio de servidor designado, nos termos do art. 67 da Lei Federal nº 14.133/2021;

2- Fornecer as informações, fluxos, protocolos e formulários necessários à adequada execução dos serviços;

3- Proceder à autorização prévia de todos os atendimentos via Central de Regulação Municipal;

4- Notificar a CREDENCIADA sobre eventuais irregularidades na execução dos serviços, fixando prazo para saneamento;

5- Efetuar os pagamentos devidos no prazo e forma previstos no Edital e neste Termo, após a conferência e atesto das faturas;

6- Garantir à CREDENCIADA condições para que os serviços sejam executados de forma contínua e eficiente, quando necessário, mediante cessão temporária de espaço público devidamente formalizada;

7- Aplicar as sanções cabíveis em caso de descumprimento contratual, assegurado o contraditório e a ampla defesa;

8- Monitorar e avaliar sistematicamente a produção e a qualidade dos serviços prestados, inclusive por meio de auditorias e inspeções in loco.

CLÁUSULA QUINTA DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O presente Termo de Credenciamento terá vigência inicial de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, até o limite máximo de 10 (dez) anos, conforme previsto no art. 107 da Lei Federal nº 14.133/2021, mediante:

I Interesse expresso do MUNICÍPIO;

II Anuência formal da CREDENCIADA;

III Justificativa técnica devidamente fundamentada;

IV Disponibilidade orçamentária e financeira para a manutenção da contratação.

§ 1º A prorrogação será formalizada por meio de termo aditivo, observadas as disposições editalícias e a legislação vigente.

§ 2º A continuidade da prestação dos serviços nos exercícios subsequentes dependerá da inclusão de dotações orçamentárias específicas na Lei Orçamentária Anual do Município.

§ 3º A renovação ou a rescisão do presente Termo ficará condicionada à avaliação da qualidade e da regularidade da prestação dos serviços, incluindo resultados de auditorias internas e externas, relatórios de fiscalização e pareceres técnicos emitidos pela Secretaria Municipal de Saúde e pela Controladoria Geral do Município.

CLÁUSULA SEXTA DO VALOR E EXECUÇÃO FINANCEIRA

O valor global estimado para a prestação dos serviços credenciados será calculado com base nos procedimentos efetivamente realizados, conforme a Tabela Diferenciada anexa ao Edital, observando-se:

I Os preços unitários estabelecidos na tabela vigente à época da execução;

II Os quantitativos autorizados pela Secretaria Municipal de Saúde;

III A efetiva produção registrada e atestada pelo setor competente.

Parágrafo único A execução financeira observará os itens 6.1 a 6.7 do Edital, sendo vedada qualquer alteração de valores unitários durante a vigência, salvo mediante atualização ou reajuste previsto em lei ou em cláusula contratual específica.

CLÁUSULA SÉTIMA FORMA E PRAZO DE PAGAMENTO

O pagamento será realizado exclusivamente por meio de depósito em conta corrente de titularidade da CREDENCIADA, indicada no ato da assinatura deste Termo, desde que observadas as seguintes condições:

I Apresentação mensal da fatura ou nota fiscal, acompanhada da documentação comprobatória exigida no Edital, incluindo:

a) Relação nominal dos pacientes atendidos, assinada e autenticada;

b) Relatório quantitativo e qualitativo da produção, contendo:

- Código e descrição do procedimento;

- Quantidade realizada;

- Valor unitário conforme tabela;

- Valor total;

c) Relatório resumido de produção, em formato físico e eletrônico, compatível com o sistema de gestão municipal;

II Encaminhamento da documentação à Superintendência de Controle, Avaliação e Auditoria da Secretaria Municipal de Saúde, para conferência e atesto;

III Aprovação da fatura pelo gestor designado, que será condição indispensável para a liquidação e pagamento;

IV Cumprimento integral das obrigações fiscais, previdenciárias e trabalhistas, apresentando mensalmente comprovação de regularidade junto ao FGTS (via Plataforma FGTS Digital) e às certidões de regularidade fiscal e trabalhista previstas no Edital;

V Observância aos prazos de pagamento estabelecidos na legislação vigente e neste Termo, sendo vedada a antecipação de valores sem a correspondente execução dos serviços.

CLÁUSULA OITAVA DA FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO

A fiscalização técnica, administrativa e financeira do presente Termo será exercida pela Secretaria Municipal de Saúde, por meio de servidor ou comissão designada formalmente, nos termos do art. 67 da Lei Federal nº 14.133/2021, sem prejuízo da atuação dos demais órgãos de controle interno e externo.

§ 1º Competências da fiscalização

I Acompanhar e avaliar a execução dos serviços, verificando a conformidade com as especificações técnicas, quantitativos, prazos e condições contratuais;

II Determinar providências para correção de irregularidades ou inadequações constatadas;

III Registrar em relatórios circunstanciados todas as ocorrências verificadas durante a execução;

IV Encaminhar relatórios e pareceres ao gestor do contrato para providências cabíveis;

V Avaliar periodicamente os indicadores de desempenho e qualidade definidos no Termo de Referência.

§ 2º Abrangência da fiscalização

A fiscalização abrangerá, no mínimo:

I A conformidade dos equipamentos e instalações;

II O cumprimento da escala de profissionais e da carga horária contratada;

III A qualidade do atendimento prestado aos usuários;

IV O cumprimento das normas sanitárias e de segurança do paciente;

V A exatidão e integridade das informações prestadas nos relatórios de produção.

§ 3º Atuação de outros órgãos

A execução financeira será fiscalizada também pelo Sistema de Auditoria do SUS local, pelo Conselho Municipal de Saúde e, quando pertinente, pelas instâncias colegiadas regionais (CIR/RJ e CIB/RJ), bem como pelos órgãos de controle externo, sem prejuízo da atuação da Controladoria Geral do Município.

§ 4º Cooperação da CREDENCIADA

A CREDENCIADA deverá fornecer à fiscalização todas as informações, documentos e acesso às instalações sempre que solicitado, inclusive para inspeções não previamente agendadas, garantindo total transparência no acompanhamento da execução contratual.

CLÁUSULA NONA DA RESCISÃO E DAS SANÇÕES

A rescisão do presente Termo de Credenciamento observará, obrigatoriamente, o disposto no **art. 19 do Decreto Municipal nº 7.074/2023**, bem como às disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, e poderá ocorrer, mediante decisão motivada da Administração Pública e assegurado o devido processo legal, nas seguintes hipóteses:

I Por iniciativa da Administração Pública, nos termos do art. 137, § 1º, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021 e do art. 19 do Decreto Municipal nº 7.074/2023, nos casos de:

- a) Descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas;
- b) Inexecução parcial ou execução inadequada dos serviços contratados;
- c) Execução insatisfatória dos serviços, atestada por relatório técnico da fiscalização;
- d) Lentidão no cumprimento, de forma a comprometer a adequada prestação do serviço;
- e) Paralisação ou interrupção injustificada da execução;
- f) Falta de manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- g) Cobrança indevida ao usuário do SUS ou a seu responsável;
- h) Infração às normas sanitárias, trabalhistas, fiscais ou previdenciárias;
- i) Transferência ou cessão total ou parcial do objeto sem prévia autorização formal do Município;
- j) Prática de atos ilícitos visando fraudar a execução do objeto;
- k) Condenação da CREDENCIADA por crimes contra a Administração Pública ou atos de improbidade;
- l) Interesse público devidamente fundamentado ou necessidade de reorganização da rede de serviços;
- m) Outras hipóteses expressamente previstas em lei.

II Por iniciativa do Credenciado, mediante solicitação formal, com antecedência mínima de **120 (cento e vinte) dias**, sem prejuízo da conclusão dos atendimentos já agendados e do cumprimento das responsabilidades assumidas.

III Por mútuo acordo entre as partes, mediante justificativa técnica e administrativa devidamente fundamentada, formalizada por termo aditivo.

IV Por decisão judicial, nos termos da legislação vigente.

§ 1º A rescisão administrativa será precedida de notificação formal à CREDENCIADA, assegurando-lhe prazo para defesa e contraditório, nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133/2021.

§ 2º O inadimplemento sujeitará a CREDENCIADA, sem prejuízo de outras cominações legais, às seguintes sanções previstas no art. 19, parágrafo único, do Decreto nº 7.074/2023 e no art. 156 da Lei nº 14.133/2021:

- a) Advertência;
- b) Multa;
- c) Suspensão temporária de participação em chamamentos públicos no Município;
- d) Declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública.

§ 3º Em caso de rescisão motivada por culpa da CREDENCIADA, o Município poderá, ainda:

I Reter créditos devidos até o limite dos prejuízos causados;

II Encaminhar os fatos aos órgãos de controle e ao Ministério Público quando houver indícios de ilícitos.

§ 4º A rescisão, em qualquer hipótese, não afasta a responsabilidade da CREDENCIADA por eventuais danos causados ao Município ou a terceiros, sendo-lhe exigida a reparação integral dos prejuízos.

CLÁUSULA DÉCIMA DAS DISPOSIÇÕES DO DECRETO MUNICIPAL Nº 7.074/2021

Em cumprimento ao disposto nos arts. 143 a 151 do Decreto Municipal nº 7.074/2023, que regulamenta a aplicação da Lei nº 14.133/2021 no âmbito da Administração Pública Municipal de Cabo Frio, o presente Termo de Referência contempla as seguintes disposições complementares:

Art. 143. A inscrição de interessados no credenciamento implica a aceitação integral e irrestrita de todas as condições estabelecidas no edital de credenciamento e neste Decreto.

§ 1º O interessado que atender a todos os requisitos previstos no edital de credenciamento, se habilitado, será credenciado no órgão ou entidade credenciante, encontrando-se apto a ser contratado para executar o objeto quando convocado.

Art. 144. Não há impedimento que um mesmo interessado, quando couber, seja credenciado para executar mais de um objeto ou item, desde que possua os requisitos de habilitação para todos.

§ 1º O credenciado, no caso descrito no caput deste artigo, poderá apresentar de uma vez só a documentação exigida, salvo se as exigências de capacidade técnica forem diferenciadas, devendo, neste caso, apresentar complementação da documentação relativa a este quesito.

§ 2º Durante a vigência do credenciamento, os credenciados deverão manter todas as condições exigidas para a habilitação relacionadas às condições de credenciamento e constantes perante o cadastro unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas e no Cadastro de Fornecedores, sob pena de descredenciamento.

Art. 145. O credenciamento não estabelece a obrigação do órgão ou entidade credenciante em efetivar a contratação, face à sua precariedade e, por isso, a qualquer momento, o credenciado ou o credenciante poderá cancelar o credenciamento, inclusive quando for constatada qualquer irregularidade na observância e cumprimento das normas fixadas no edital, neste Decreto e na legislação pertinente, sem prejuízo do contraditório e da ampla defesa.

Art. 146. O credenciado que deixar de cumprir as exigências deste Decreto, do edital de credenciamento ou dos contratos firmados com a Administração será descredenciado para a execução de qualquer objeto, sem prejuízo das sanções previstas nos arts. 156 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021.

Art. 147. O credenciado poderá, a qualquer tempo, solicitar seu descredenciamento mediante o envio de solicitação escrita ao órgão ou entidade responsável pelo credenciamento.

§ 1º A formalização do descredenciamento deverá ocorrer no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis.

§ 2º O pedido de descredenciamento não desincumbe o credenciado do cumprimento de eventuais contratos assumidos e das responsabilidades a eles atreladas, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

Art. 148. Após homologação do procedimento de credenciamento, os órgãos ou entidades poderão dar início ao processo de contratação, observado o disposto no art. 38, no que couber.

Art. 149. O credenciamento não garante sua efetiva contratação pelo órgão ou entidade interessada na contratação.

Parágrafo único. A contratação do credenciado somente poderá ocorrer por vontade do órgão ou entidade contratante e desde que esteja em situação regular perante as exigências de habilitação para o credenciamento.

Art. 151. A Administração convocará o credenciado no prazo definido no edital de credenciamento, para assinar ou retirar o instrumento contratual, dentro das condições estabelecidas na legislação e no edital e dar início à execução do serviço, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas nos arts. 156 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021 e no edital de credenciamento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DO FORO E SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS

Para dirimir quaisquer dúvidas ou conflitos oriundos da execução do presente Termo, as partes elegem, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, o Foro da Comarca de Cabo Frio/RJ.

§ 1º Antes do ajuizamento de qualquer ação judicial, as partes deverão buscar solução administrativa ou consensual, preferencialmente por meio de reunião de mediação ou conciliação, registrando-se em ata as tratativas realizadas.

§ 2º Em caso de litígio envolvendo matéria técnica, poderá ser designado perito ou junta técnica para emissão de parecer conclusivo, que subsidiará a decisão administrativa ou judicial.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

I Vinculação ao edital

O presente Termo integra-se ao Edital de Chamamento Público nº XXX/SEMUSA/CB/2026 e seus anexos, prevalecendo, em caso de conflito, as disposições editalícias.

II Aplicação subsidiária

Aplica-se, subsidiariamente, o disposto na Lei Federal nº 14.133/2021, na Lei Federal nº 8.080/1990, na Lei Complementar nº 101/2000 e demais normas pertinentes.

III Publicidade e transparência

O extrato do presente Termo será publicado no Diário Oficial do Município e divulgado no Portal da Transparência, garantindo-se o acesso público às suas cláusulas, conforme determina a Lei nº 14.133/2021.

IV Integração de documentos

Fazem parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição, todos os documentos apresentados pela CREDENCIADA na fase de habilitação, os quais se vinculam a este Termo como se nele estivessem integralmente transcritos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA DA INEXIGIBILIDADE

O presente Termo decorre de procedimento de credenciamento, modalidade de inexigibilidade de licitação prevista no art. 74, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/2021, e encontra-se autorizado pelo respectivo Ato de Inexigibilidade constante no Processo Administrativo nº XXXX/2026.

Parágrafo único A inexigibilidade foi adotada considerando a natureza singular da contratação, o atendimento universal e impessoal dos usuários do SUS, a possibilidade de contratação simultânea e não excludente de múltiplos prestadores, e a necessidade de ampliação do acesso aos serviços especializados de saúde no Município de Cabo Frio/RJ.

E, por assim estarem justas e contratadas as partes assinam este instrumento por seus representantes em 05 (cinco) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo identificadas:

Cabo Frio / RJ, em _de _____de 2026.

CREDENCIADO(A)
NOME DO REPRESENTANTE LEGAL
Representante Legal

TESTEMUNHAS:

1:

2:

Anexo IX Tabela Municipal Diferenciada e Estimativa de Custo Detalhada: tabela com procedimentos, quantidades e valores

MEMÓRIA DE CÁLCULO – ESTIMATIVA DE CUSTOS

CÓDIGO	PROCEDIMENTO	VALOR UNITÁRIO (R\$)	QTD MENSAL	VALOR MENSAL (CÁLCULO)	FATOR (MESES)	QTD ANUAL (CÁLCULO)	VALOR ANUAL (CÁLCULO)	FÓRMULA / MEMÓRIA
31102360	Ureterolitotripsia Flexível a Laser	R\$ 6.300,00	10	R\$ 63.000,00	12	120	R\$ 756.000,00	Mensal = unitário × qtd mensal Anual = mensal × 12
31102565	Ureterorrenolitotripsia Rígida Unilateral a Laser	R\$ 5.400,00	10	R\$ 54.000,00	12	120	R\$ 648.000,00	Mensal = unitário × qtd mensal Anual = mensal × 12
31103030	Ressecção Endoscópica de Bexiga	R\$ 4.200,00	10	R\$ 42.000,00	12	120	R\$ 504.000,00	Mensal = unitário × qtd mensal Anual = mensal × 12
31102379	Ureterorrenolitotripsia Rígida Unilateral	R\$ 4.190,00	5	R\$ 20.950,00	12	60	R\$ 251.400,00	Mensal = unitário × qtd mensal Anual = mensal × 12
31102050	Colocação Cistoscópica de Duplo J Unilateral	R\$ 2.050,00	6	R\$ 12.300,00	12	72	R\$ 147.600,00	Mensal = unitário × qtd mensal Anual = mensal × 12
31201130	Ressecção Endoscópica de Próstata Bipolar Benigna	R\$ 6.500,00	6	R\$ 39.000,00	12	72	R\$ 468.000,00	Mensal = unitário × qtd mensal Anual = mensal × 12
31103332	Sling Transobturatório	R\$ 4.850,00	3	R\$ 14.550,00	12	36	R\$ 174.600,00	Mensal = unitário × qtd mensal Anual = mensal × 12
40201066	Cistoscopia Simples	R\$ 1.200,00	10	R\$ 12.000,00	12	120	R\$ 144.000,00	Mensal = unitário × qtd mensal Anual = mensal × 12
30201040	Biópsia de Próstata Transretal	R\$ 1.420,00	15	R\$ 21.300,00	12	180	R\$ 255.600,00	Mensal = unitário × qtd mensal Anual = mensal × 12
41301340	Estudo Urodinâmico	R\$ 600,00	20	R\$ 12.000,00	12	240	R\$ 144.000,00	Mensal = unitário × qtd mensal Anual = mensal × 12
41301358	Urofluxometria	R\$ 300,00	15	R\$ 4.500,00	12	180	R\$ 54.000,00	Mensal = unitário × qtd mensal Anual = mensal × 12
			110	R\$ 295.600,00	12	1320	R\$ 3.547.200,00	Mensal = unitário × qtd mensal Anual = mensal × 12

Anexo X Termo de Referência (TR)

TERMO DE REFERÊNCIA - TR

1 DO OBJETO:

O presente Termo de Referência tem por objeto a habilitação, por meio de credenciamento, de empresas especializadas na realização de **cirurgias e procedimentos urológicos de média complexidade**, com finalidade diagnóstica, terapêutica e resolutive para os usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), no âmbito do Município de Cabo Frio.

A prestação dos serviços deverá obedecer aos critérios técnicos, regulatórios e assistenciais estabelecidos pelo SUS e pela Secretaria Municipal de Saúde, observando-se os parâmetros definidos na **Tabela Municipal Diferenciada**, bem como os protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas aplicáveis à especialidade de Urologia, garantindo qualidade técnica, segurança do paciente, efetividade assistencial e controle por regulação, de modo a assegurar o acesso oportuno aos procedimentos, especialmente nos casos regulados pela Central Municipal de Regulação.

Os procedimentos compreendem intervenções relacionadas ao tratamento de patologias do trato urinário masculino e feminino e do sistema reprodutor masculino, incluindo, entre outras, litíase urinária, hiperplasia prostática benigna, neoplasias urológicas, estenoses e demais condições que demandem abordagem cirúrgica ou procedimento especializado.

O credenciamento será realizado em conformidade com os princípios da universalidade, integralidade e equidade previstos na Lei nº 8.080/1990 (Lei Orgânica da Saúde), bem como com as disposições da Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos), especialmente no que se refere ao credenciamento por chamamento público, e do Decreto Municipal nº 7.074/2023, que regulamenta as contratações públicas no âmbito do Município.

Ressalte-se que o Termo de Credenciamento não se confunde com contrato administrativo tradicional, uma vez que sua formalização não gera obrigação de demanda mínima, tampouco assegura direito subjetivo à contratação ou volume fixo de produção, nem direito adquirido à execução de serviços. Trata-se de ato administrativo que habilita o prestador credenciado a ser convocado conforme a necessidade assistencial,

regulação vigente e disponibilidade orçamentária da Administração, para execução dos serviços de forma futura, eventual e condicionada à autorização prévia.

A vigência do credenciamento será de **12 (doze) meses**, podendo ser prorrogada nos termos da legislação vigente, desde que mantidas as condições técnicas, jurídicas, sanitárias e administrativas exigidas no edital e neste Termo de Referência.

2 DO ÓRGÃO SOLICITANTE:

2.1. Secretaria Municipal de Saúde (SEMUSA).

3 DA JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTAÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO :

3.1. Justificativa da Necessidade:

A presente contratação é fundamentada na necessidade de garantir o acesso da população do Município de Cabo Frio às **cirurgias e procedimentos urológicos de média complexidade**, essenciais para o diagnóstico, tratamento e acompanhamento de patologias do trato urinário masculino e feminino e do sistema reprodutor masculino, tais como litíase urinária, hiperplasia prostática benigna, estenoses, neoplasias urológicas e outras condições que demandam intervenção especializada.

Trata-se de procedimentos assistenciais de natureza diagnóstica e terapêutica, realizados em ambiente ambulatorial ou hospitalar, que exigem equipe técnica qualificada, infraestrutura adequada, equipamentos específicos e observância rigorosa aos protocolos clínicos e às diretrizes terapêuticas do Sistema Único de Saúde (SUS). A realização oportuna dessas intervenções é determinante para evitar a progressão de quadros clínicos, complicações graves, infecções recorrentes, retenções urinárias, insuficiência renal, internações prolongadas e necessidade de procedimentos de maior complexidade.

No contexto local, observa-se a existência de demanda reprimida, com pacientes aguardando procedimentos cirúrgicos e terapêuticos que impactam diretamente sua qualidade de vida, capacidade laborativa e prognóstico clínico. A postergação dessas intervenções pode resultar em agravamento do estado de saúde, aumento da judicialização, maior utilização de serviços de urgência e elevação dos custos assistenciais para o Município.

Dessa forma, a contratação por meio de credenciamento por chamamento público apresenta-se como a solução mais adequada, eficiente e juridicamente segura, permitindo a habilitação de múltiplos prestadores tecnicamente qualificados, com remuneração vinculada à produção efetivamente realizada e autorizada pela regulação municipal. O modelo possibilita flexibilidade operacional, ampliação da capacidade instalada, mitigação do risco de desassistência e maior controle sobre a execução dos procedimentos, assegurando racionalidade na aplicação dos recursos públicos.

Importa destacar que os valores remuneratórios observarão os parâmetros definidos na **Tabela Municipal Diferenciada**, garantindo previsibilidade orçamentária, transparência e adequação à realidade assistencial local, sem afastar os princípios da economicidade e do interesse público.

Por fim, a presente contratação encontra respaldo na Lei nº 14.133/2021, especialmente no que se refere ao credenciamento por chamamento público, na Lei nº 8.080/1990 (Lei Orgânica da Saúde) e no Decreto Municipal nº 7.074/2023, configurando-se como medida administrativa legítima, necessária e proporcional para assegurar a efetivação da política pública de atenção especializada em saúde no Município de Cabo Frio.

3.2. Do Enquadramento Jurídico e da Pluralidade de Prestadores

A presente contratação enquadra-se estritamente na hipótese do **Art. 79, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021** (contratação paralela e não excludente), tendo em vista que a demanda por procedimentos e cirurgias urológicas no Município de Cabo Frio apresenta volume e abrangência superiores à capacidade técnica e instalada de um único prestador local, fazendo-se indispensável a pluralidade de fornecedores credenciados para garantir a universalidade do acesso, a isonomia e a redução drástica das filas de espera da Central de Regulação, mitigando riscos operacionais e de desassistência.

3.3. Vantajosidade e Eficiência:

A manutenção de múltiplos fornecedores credenciados é a única via para assegurar a universalidade do acesso, a redução drástica das filas de espera da Central de Regulação e a mitigação dos riscos operacionais de desassistência. O modelo garante ganhos de eficiência administrativa ao padronizar as condições contratuais e remuneratórias para todos os habilitados, assegurando estrita isonomia, transparência e resiliência à rede municipal de saúde, visto que a eventual interrupção de serviços em uma unidade credenciada não comprometerá a continuidade da política pública.

4 DA SOLUÇÃO:

A solução proposta fundamenta-se no procedimento auxiliar de Credenciamento, previsto no Art. 79, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021, caracterizado pela conveniência de **contratação paralela e não excludente**, onde a necessidade de abrangência assistencial e a escala da demanda tornam inviável a seleção de um prestador exclusivo para atender à necessidade da Secretaria Municipal de Saúde de Cabo Frio consiste na contratação, por meio de credenciamento por chamamento público, de empresas especializadas na realização de **cirurgias e procedimentos urológicos de média complexidade**, conforme os parâmetros definidos na **Tabela Municipal Diferenciada**, sob controle da Central Municipal de Regulação e observância dos protocolos clínicos e diretrizes assistenciais estabelecidos no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

O modelo de credenciamento representa alternativa juridicamente adequada, transparente, eficiente e compatível com a natureza da prestação do serviço, que se caracteriza como contínua, regulada e dependente da demanda assistencial efetivamente apresentada pelos usuários do SUS. A modalidade permite a habilitação de múltiplos prestadores ao longo da vigência do credenciamento, ampliando a capacidade instalada da rede, reduzindo riscos de desassistência, promovendo maior resolutividade na atenção especializada e possibilitando absorção progressiva da demanda reprimida e dos novos casos que surgirem.

Além disso, a sistemática de remuneração vinculada à produção efetivamente realizada e autorizada pela regulação municipal assegura controle orçamentário, previsibilidade financeira e racionalidade na aplicação dos recursos públicos, evitando pagamento por ociosidade ou estimativas fixas desvinculadas da necessidade real.

A solução adotada também fortalece os mecanismos de fiscalização e auditoria assistencial, permitindo monitoramento contínuo da qualidade técnica dos procedimentos, do cumprimento dos protocolos clínicos, da regularidade documental dos prestadores e da conformidade com as normas sanitárias e de segurança do paciente.

Dessa forma, o credenciamento por chamamento público revela-se instrumento idôneo para garantir continuidade do serviço, ampliação do acesso, eficiência administrativa e conformidade com os princípios da legalidade, economicidade, impessoalidade e interesse público, nos termos da Lei nº 14.133/2021, da Lei nº 8.080/1990 e do Decreto Municipal nº 7.074/2023.

4.1. A contratação permitirá:

4.1.1. A realização de cirurgias e procedimentos urológicos de média complexidade, com utilização de técnicas modernas, equipamentos adequados e observância às boas práticas médicas e cirúrgicas, garantindo segurança do paciente, resolutividade assistencial e conformidade com protocolos clínicos estabelecidos;

4.1.2. A atuação de prestadores qualificados, que atendam integralmente às exigências técnicas, sanitárias, estruturais e regulatórias estabelecidas pela ANVISA, Ministério da Saúde, Conselhos Profissionais competentes e Secretaria Municipal de Saúde, assegurando regularidade jurídica e capacidade operacional comprovada;

4.1.3. A execução dos procedimentos conforme protocolos assistenciais, diretrizes terapêuticas e fluxos regulatórios vigentes, sob controle e autorização prévia da Central Municipal de Regulação, garantindo equidade no acesso e rastreabilidade dos atendimentos;

4.1.4. A absorção progressiva da demanda reprimida existente, bem como dos novos casos regulados, com redução do tempo de espera, prevenção de agravamentos clínicos e mitigação do risco de judicialização da saúde;

4.1.5. A sustentabilidade orçamentária e previsibilidade fiscal da contratação, mediante remuneração vinculada exclusivamente à produção efetivamente realizada e autorizada, conforme valores definidos na Tabela Municipal Diferenciada, evitando custos com ociosidade, pagamento antecipado ou despesas desvinculadas da necessidade assistencial real.

4.1.6. A **contratação paralela e não excludente** de todos os habilitados, uma vez que a demanda assistencial do Município de Cabo Frio para procedimentos urológicos é comprovadamente **superior à capacidade técnica e instalada de um único prestador local**, sendo a pluralidade de credenciados a única via para garantir a universalidade do acesso e a redução das filas de espera.

4.2. A prestação dos serviços será estruturada da seguinte forma:

4.2.1. A execução dos serviços dar-se-á exclusivamente mediante a apresentação de guia de encaminhamento eletrônica ou física, devidamente autorizada pela Central Municipal de Regulação, sendo vedado o atendimento por demanda espontânea ou qualquer outra forma de ingresso que não a regulada pelo Município.

4.2.2. O prestador credenciado deverá realizar o agendamento do procedimento em até **15 (quinze) dias úteis**, a contar do recebimento da guia ou do contato da regulação, respeitando rigorosamente a classificação de risco e a prioridade clínica estabelecida pelos médicos reguladores.

4.2.3. A responsabilidade pela execução do objeto é integral do prestador, o que inclui a disponibilização de equipe médica e de enfermagem habilitada, fornecimento de todos os insumos, medicamentos, materiais descartáveis e OPME (Órteses, Próteses e Materiais Especiais) necessários ao ato cirúrgico ou procedimento urológico.

4.2.4. Os documentos clínicos resultantes do atendimento, tais como descrição cirúrgica, relatório de alta e orientações pós-operatórias, deverão ser entregues ao paciente no ato da alta hospitalar/ambulatorial. Em caso de coleta de material para exame anatomopatológico, o laudo definitivo deverá ser emitido e disponibilizado ao paciente e à rede municipal em até 20 (vinte) dias corridos, prevalecendo este prazo sobre qualquer disposição genérica em contrário constante neste instrumento ou em seus anexos.

4.2.5. O envio do faturamento e do relatório de produção mensal deverá ocorrer até o **5º (quinto) dia útil** do mês subsequente ao da prestação dos serviços, acompanhado das guias autorizadas e assinadas pelos usuários.

4.2.6. Toda a produção apresentada será submetida à auditoria prévia da equipe técnica da Secretaria Municipal de Saúde, que terá prerrogativa de aplicar glosas em procedimentos realizados sem autorização, com documentação incompleta ou em desacordo com os protocolos clínicos vigentes, não cabendo pagamento por serviços não validados.

4.3. Critérios de Distribuição dos Serviços:

4.3.1. As cirurgias e procedimentos urológicos serão distribuídos entre os prestadores credenciados conforme a capacidade instalada declarada e comprovada, disponibilidade técnica, estrutura física adequada, localização geográfica e desempenho assistencial aferido pela Secretaria Municipal de Saúde;

4.3.2. Será observado o princípio da equidade na distribuição da demanda regulada, buscando-se assegurar cobertura territorial adequada, ampliação do acesso e evitando concentração excessiva de procedimentos em um único prestador, de modo a mitigar riscos de desassistência ou sobrecarga operacional;

4.3.3. A quantidade de procedimentos poderá variar conforme a demanda efetivamente regulada pela Central Municipal de Regulação, respeitando-se o teto orçamentário anual, a disponibilidade financeira e a pactuação estabelecida com a gestão municipal, não havendo garantia de volume mínimo de produção aos credenciados;

4.3.4. Eventuais redirecionamentos de demanda entre prestadores ocorrerão conforme necessidade assistencial, critérios técnicos e operacionais, mediante justificativa fundamentada e autorização formal da Coordenação de Regulação da Secretaria Municipal de Saúde.

4.4. A execução dos serviços será supervisionada pela gestão da Secretaria Municipal de Saúde, com acompanhamento contínuo da produção, auditoria de conformidade e fiscalização técnica, garantindo a qualidade da assistência prestada, a integralidade do cuidado e o uso eficiente dos recursos públicos.

4.5. Portanto, a solução adotada contempla não apenas o atendimento da necessidade emergencial, mas também o fortalecimento da Rede de Atenção à Saúde, a garantia da equidade no acesso e a efetividade da política pública de saúde, em consonância com os marcos legais e normativos vigentes.

4.6. Requisitos da Contratação:

Para a habilitação e manutenção do credenciamento, as proponentes deverão cumprir integralmente os seguintes requisitos técnicos e operacionais:

- **Requisitos Jurídicos e Fiscais:** Regularidade jurídica, fiscal e trabalhista na forma da Lei nº 14.133/2021 e do Edital.
- **Regularidade Sanitária e Cadastro:** Apresentação de Licença/Alvará Sanitário vigente, emitido pelo órgão competente, compatível com a realização de procedimentos e cirurgias urológicas, e Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES) ativo e atualizado com a ala cirúrgica/ambulatorial devidamente informada.
- **Responsabilidade Técnica:** Indicação de Responsável Técnico com registro ativo no Conselho Regional de Medicina (CRM) e Registro de Qualificação de Especialista (RQE) em Urologia.
- **Capacidade Técnica e Equipe:** Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características com o objeto, mediante atestados de capacidade técnica, e corpo clínico devidamente habilitado e registrado nos respectivos conselhos profissionais.
- **Equipamentos e Insumos:** Garantia de uso de equipamentos modernos registrados na ANVISA, com manutenção preventiva e corretiva em dia, bem como o fornecimento de insumos e OPME (Órteses, Próteses e Materiais Especiais) necessários às cirurgias.
- **Segurança e Legislação:** Apresentação de Protocolos de Segurança do Paciente (RDC nº 36/2013 da ANVISA), atendimento humanizado, cumprimento das diretrizes de controle de infecção hospitalar (SCIH) e estrita observância à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) no tratamento dos dados dos pacientes.
- **Integração Tecnológica:** Capacidade de integração com o sistema informatizado da Central Municipal de Regulação para controle de agendamentos e fluxos assistenciais.

4.7. Do Ciclo de Vida do Objeto

Para fins de perfeita compreensão da solução como um todo, o ciclo de vida do objeto desta contratação compreende a trajetória integral do paciente e do respectivo procedimento urológico, dividida em 5 (cinco) etapas consecutivas e interdependentes:

- **1ª Etapa: Ingestão e Regulação (O Nascimento do Processo):** O ciclo inicia-se obrigatoriamente na Central Municipal de Regulação de Cabo Frio. O paciente, munido de laudo/solicitação médica do SUS, é inserido no sistema regulatório. A Central autoriza a guia de encaminhamento direcionando-a ao prestador credenciado, observando critérios de prioridade clínica e equidade na distribuição. Fica vedada qualquer modalidade de demanda espontânea (porta aberta) no prestador.
- **2ª Etapa: Agendamento e Acolhimento:** Após o recebimento da guia autorizada, o prestador credenciado tem o prazo máximo de **15 dias úteis** para realizar o agendamento do procedimento junto ao paciente. Nesta etapa, o prestador realiza o acolhimento pré-operatório, valida as condições clínicas e documentais do usuário e cumpre as diretrizes de segurança do paciente.
- **3ª Etapa: Execução do Ato Cirúrgico / Procedimento:** É a execução do núcleo do objeto. O procedimento urológico de média complexidade é realizado nas dependências do credenciado, com equipe habilitada, insumos e OPME necessários fornecidos pelo contratado, sob estrito cumprimento da RDC nº 50/2002 e RDC nº 36/2013 da ANVISA.

- **4ª Etapa: Alta e Pós-Operatório (Documentação Clínica):** O encerramento do ato clínico ocorre com a emissão do relatório de alta, descrição cirúrgica e orientações pós-operatórias entregues imediatamente ao paciente. Caso haja coleta de material para biópsia, o laudo anatomopatológico definitivo deve ser entregue em até **15 dias úteis**.
- **5ª Etapa: Faturamento, Auditoria e Encerramento do Ciclo:** A produção realizada é consolidada mensalmente pelo prestador e enviada até o **5º dia útil** do mês subsequente. O processo passa pelo Recebimento Provisório, Auditoria Técnica/Clínica do Município (para verificação de conformidade e aplicação de glosas, se necessário) e encerra-se com o Recebimento Definitivo em até **15 dias úteis**, liberando a nota fiscal para pagamento eletrônico por produção efetiva.
- **4.8. Dos Locais de Execução e Regras de Recebimento**

Local de Execução: Os serviços serão prestados nas instalações das credenciadas, localizadas no Município de Cabo Frio ou Região dos Lagos (conforme edital), devendo possuir licença sanitária e estrutura compatível com a RDC nº 50/2002.

- Recebimento Provisório: Ocorre em até 05 dias úteis após a entrega do relatório de produção e faturas.
- Recebimento Definitivo: Ocorre em até 15 dias úteis após o provisório, mediante parecer da Auditoria/Fiscalização.

4.9. Da Garantia, Manutenção e Assistência Técnica

- **4.9.1. Garantia Assistencial:** A credenciada garante a responsabilidade civil e técnica por todos os atos médicos e procedimentos realizados, assegurando o acompanhamento do paciente até a alta hospitalar.
- **4.9.2. Manutenção:** A contratada é integralmente responsável pela manutenção preventiva e corretiva de todos os equipamentos e instrumentais (torres de vídeo, litotritores, etc.), devendo apresentar os certificados de calibração e segurança sempre que solicitado pela fiscalização.

5 DA MODALIDADE DE LICITAÇÃO:

A contratação será realizada por meio da **modalidade de credenciamento por Chamamento Público**, conforme previsto no **art. 79 da Lei nº 14.133/2021**, que dispõe sobre o regime jurídico das licitações e contratos administrativos, e nos termos do **Decreto Municipal nº 7.074/2023**, que regulamenta a aplicação da Nova Lei de Licitações no âmbito do Município de Cabo Frio.

O chamamento público é a forma legalmente adequada para o atendimento de serviços contínuos e regulados pela demanda assistencial, especialmente quando não é possível estimar, de forma precisa, o quantitativo fixo a ser contratado. No caso da realização de cirurgias e procedimentos urológicos de média complexidade, a prestação depende da regulação, do perfil epidemiológico da população e da capacidade operacional da rede.

Além disso, a modalidade de credenciamento garante maior capilaridade, pluralidade de prestadores e atendimento universal à população, em conformidade com os princípios do Sistema Único de Saúde (SUS).

5.1. A escolha do Chamamento Público justifica-se pelos seguintes motivos:

- **Atendimento à demanda assistencial variável e regulada:** o procedimento será ofertado conforme a solicitação médica e os critérios da Central Municipal de Regulação, o que inviabiliza a adoção de modalidades que exijam quantidade fixa contratual.
- **Flexibilidade e ampliação da rede de prestadores:** o credenciamento permite a entrada contínua de prestadores interessados, o que favorece a descentralização do serviço, reduz a sobrecarga sobre poucos pontos e amplia a cobertura populacional.
- **Pagamentos vinculados à produção real:** evita o comprometimento de recursos públicos com serviços ociosos, promovendo eficiência, economicidade e alinhamento com a realidade orçamentária do município.
- **Agilidade na contratação e continuidade do serviço:** diante da fila existente, o credenciamento permite resposta rápida à urgência da demanda reprimida.
- **Conformidade legal:** o art. 79 da **Lei nº 14.133/2021** prevê expressamente o credenciamento como modalidade aplicável nos casos em que a Administração pretende contratar diversos prestadores em condições uniformes, sem exclusividade. O **Decreto Municipal nº 7.074/2023** também autoriza e normatiza essa forma de contratação.
- **Previsibilidade de custos e segurança jurídica:** os valores praticados observarão a **Tabela Municipal Diferenciada**, definida pela Administração com base em critérios técnicos, parâmetros assistenciais e análise de mercado, garantindo transparência, equilíbrio econômico-financeiro, previsibilidade orçamentária e estabilidade na execução da contratação, em conformidade com os princípios da economicidade e do interesse público.

Portanto, a adoção da modalidade de **Credenciamento por Chamamento Público** é plenamente justificada do ponto de vista técnico, jurídico e econômico, representando a solução mais compatível com a natureza do objeto, a urgência da demanda e os princípios constitucionais da Administração Pública.

6 DO MEMORIAL DESCRITIVO:

O presente Termo de Referência visa à contratação, por meio de credenciamento por chamamento público, de prestadores especializados na execução de cirurgias e procedimentos urológicos de média complexidade, destinados a pacientes do Sistema Único de Saúde (SUS), no âmbito do Município de Cabo Frio, abrangendo procedimentos diagnósticos, terapêuticos e cirúrgicos do sistema reprodutor masculino, incluindo, entre outras, litíase urinária, hiperplasia prostática benigna, estenoses, neoplasias urológicas e demais condições clínicas que demandem abordagem especializada, conforme protocolos clínicos e diretrizes assistenciais vigentes no SUS. A prestação dos serviços será realizada sob regulação da Central Municipal de Regulação, mediante solicitação médica devidamente fundamentada e autorização prévia, observando-se critérios técnicos de priorização, classificação de risco e fluxos assistenciais previamente definidos pela Secretaria Municipal de Saúde.

Os serviços deverão ser prestados de forma contínua e conforme a demanda assistencial regulada, priorizando a absorção da demanda reprimida e o atendimento de novos casos encaminhados, em consonância com os princípios da universalidade, integralidade, equidade, resolutividade e regionalização que regem o Sistema Único de Saúde, garantindo segurança do paciente, qualidade técnica e efetividade da política pública de atenção especializada. A estimativa das quantidades a serem contratadas foi elaborada com base em critérios técnicos de proporcionalidade e análise de cenários similares, visando garantir o dimensionamento adequado da oferta frente à real necessidade da população, especialmente por se tratar de uma contratação inédita. Os principais fundamentos utilizados incluem:

• **Da metodologia de Proporcionalidade:** A definição do quantitativo de 110 atendimentos mensais fundamenta-se na proporcionalidade direta com a população estimada de Cabo Frio, atualmente superior a 220.000 habitantes.

• **Vazio Assistencial:** utiliza-se um critério técnico-epidemiológico que representa uma oferta de apenas 0,5 atendimento para cada 1.000 habitantes/mês. Essa estimativa fundamentada transforma o dimensionamento em um critério técnico sólido, garantindo uma porta de entrada necessária para a urologia na rede complementar.

• **Prevenção ao Superdimensionamento:** Ao iniciar a oferta com um volume conservador de 110 atendimentos, a Administração demonstra cautela fiscal e eficiência operacional, permitindo testar a demanda e monitorar a capacidade de absorção da rede.

• **Princípio da Economicidade:** Essa cautela técnica, baseada na proporcionalidade populacional, busca alinhar a oferta à demanda real, evitando o superdimensionamento garante eficiência orçamentária e segurança jurídica perante os órgãos de controle ao implementar um

serviço inédito.

- Projeção de Demanda Reprimida: Estimativa baseada no fluxo regulado e na necessidade de absorção progressiva da fila de espera da Atenção Especializada;
- Planejamento de Expansão Assistencial: Programação para oferta contínua de serviços de urologia, garantindo que a rede credenciada suporte o volume projetado;

6.1. A tabela a seguir apresenta a previsão dos serviços a serem credenciados:

Código	Procedimento	Qtde. Mensal Estimada	Valor Unitário (R\$)	Valor Mensal Estimado (R\$)	Valor Anual Estimado (R\$)
31102360	Ureterolitotripsia Flexível a Laser	10	R\$ 6.300,00	R\$ 63.000,00	R\$ 756.000,00
31102565	Ureterorrenolitotripsia Rígida Unilateral a Laser	10	R\$ 5.400,00	R\$ 54.000,00	R\$ 648.000,00
31103030	Ressecção Endoscópica de Bexiga	10	R\$ 4.200,00	R\$ 42.000,00	R\$ 504.000,00
31102379	Ureterorrenolitotripsia Rígida Unilateral	5	R\$ 4.190,00	R\$ 20.950,00	R\$ 251.400,00
31102050	Colocação Cistoscópica de Duplo J	6	R\$ 2.050,00	R\$ 12.300,00	R\$ 147.600,00
31201130	Ressecção Endoscópica de Próstata Bipolar	6	R\$ 6.500,00	R\$ 39.000,00	R\$ 468.000,00
31103332	Sling Transobturatório	3	R\$ 4.850,00	R\$ 14.550,00	R\$ 174.600,00
40201066	Cistoscopia Simples	10	R\$ 1.200,00	R\$ 12.000,00	R\$ 144.000,00
30201040	Biópsia de Próstata Transretal	15	R\$ 1.420,00	R\$ 21.300,00	R\$ 255.600,00
41301340	Estudo Urodinâmico	20	R\$ 600,00	R\$ 12.000,00	R\$ 144.000,00
41301358	Urofluxometria	15	R\$ 300,00	R\$ 4.500,00	R\$ 54.000,00

Valor Global Mensal Estimado: R\$ 295.600,00
Valor Global Anual Estimado: R\$ 3.547.200,00

A estimativa apresentada possui caráter meramente referencial, não gerando obrigação de contratação de quantitativo mínimo, estando a execução condicionada à demanda regulada pela Central Municipal de Regulação e à disponibilidade orçamentária, nos termos do art. 79 da Lei nº 14.133/2021.

Os valores observam a Tabela Municipal Diferenciada, elaborada com base em critérios técnicos, composição de honorários médicos, insumos e OPME, assegurando equilíbrio econômico-financeiro e previsibilidade orçamentária.

Descrição	Valor Estimado
Valor Mensal Estimado	R\$ 295.600,00
Valor Anual Estimado	R\$ 3.547.200,00
Modalidade	Credenciamento por Chamamento Público
Vigência	12 meses, prorrogável

6.2. Os serviços deverão ser prestados por estabelecimentos devidamente credenciados junto à Secretaria Municipal de Saúde, garantindo:

- Instalações físicas adequadas ao atendimento humanizado, com acessibilidade e ambiente acolhedor;
- Equipamentos devidamente registrados na ANVISA, com certificações técnicas e manutenções atualizadas;
- Equipe técnica habilitada e regularmente inscrita nos respectivos conselhos profissionais (CRM, RQE em Urologia etc.);
- Cumprimento das normas sanitárias e de biossegurança estabelecidas pela ANVISA (RDC nº 50/2002 e demais aplicáveis);
- Sistema informatizado para registro e emissão dos laudos, com garantia de segurança da informação conforme a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD Lei nº 13.709/2018);
- Integração com os fluxos da Regulação Municipal, respeitando prazos e critérios estabelecidos;
- Envio periódico de relatórios de produção e indicadores de qualidade, conforme exigências contratuais e regulatórias;
- Adequação ao Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (PGRSS), com descarte ambientalmente correto.

7 DO VALOR E PROPOSTA:

7.1. Do valor estimado da contratação:

A presente contratação fundamenta-se na **Tabela Municipal Diferenciada de Procedimentos Urológicos**, elaborada pela Secretaria Municipal de Saúde com base em critérios técnicos, análise de mercado, composição de honorários médicos, custos operacionais, insumos e OPME necessários à execução dos procedimentos, garantindo equilíbrio econômico-financeiro e sustentabilidade da rede assistencial.

A estimativa considera a análise da demanda reprimida atualmente identificada pela Central Municipal de Regulação, projetada de forma proporcional à população local por meio de analogia com indicadores de município vizinho de perfil similar. Por se tratar de implantação de serviço inédito na rede municipal, a projeção de casos observa critérios clínicos e parâmetros epidemiológicos que visam a absorção gradativa do fluxo regulado, respeitando a capacidade operacional instalada da rede credenciada e os limites orçamentários previstos na Lei Orçamentária Anual. Tal dimensionamento, embora estimado, se baseia na prudência administrativa para garantir a cobertura assistencial sem risco de descontinuidade.

A tabela abaixo apresenta os valores estimados:

ITEM	SERVIÇO	GASTO MENSAL MÉDIO	ESTIMATIVA ANUAL
1	Cirurgias e Procedimentos Urológicos (Tabela Municipal Diferenciada)	R\$ 295.600,00	R\$ 3.547.200,00

*Observação:

O gasto médio mensal corresponde à realização estimada de 110 procedimentos/mês.

Os valores que fundamentam este credenciamento foram definidos após a realização de **pesquisa de mercado e análise de preços**, nos termos do **Decreto Municipal nº 7.074/2023**. O valor global estimado considera a projeção da demanda reprimida e o teto orçamentário disponível, estando a memória de cálculo e os orçamentos de referência consolidados no **Mapa de Preços**, documento que integra o processo administrativo desta contratação.

7.2. Da proposta:

Os interessados deverão apresentar proposta de adesão ao credenciamento nos moldes previstos no edital e seus anexos, observando os seguintes critérios:

- Aceitação expressa dos valores estabelecidos na Tabela Diferenciada vigente;
- Concordância com os termos do Edital de Chamamento Público, do Termo de Referência e da minuta do Termo de Credenciamento;
- Comprovação de capacidade técnica e operacional para execução do serviço, conforme exigências descritas neste Termo;
- Declaração de disponibilidade para início imediato dos serviços, após formalização do credenciamento;
- Apresentação da documentação exigida para habilitação jurídica, técnica, fiscal, trabalhista e regulatória, conforme legislação vigente.

A adesão ao credenciamento será contínua, permitindo que novos prestadores ingressem a qualquer momento, desde que atendam aos requisitos estabelecidos, promovendo ampla concorrência, maior cobertura territorial e absorção eficiente da demanda reprimida.

8 DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DE PROPOSTA E SELEÇÃO DO FORNECEDOR:

As propostas apresentadas serão avaliadas conforme os critérios definidos no Edital de Chamamento Público e neste Termo de Referência, observando-se os princípios da legalidade, impessoalidade, publicidade, eficiência, isonomia, julgamento objetivo e vinculação ao instrumento convocatório.

A seleção dos prestadores será realizada mediante análise documental e comprovação da capacidade técnica, jurídica, fiscal e operacional, sendo observadas as seguintes diretrizes:

8.1. Adequação à Especificação:

A proposta deverá atender integralmente às especificações técnicas, exigências regulatórias, padrões de qualidade, estrutura mínima necessária e demais requisitos estabelecidos neste Termo de Referência e no Edital.

8.2. Consulta a Cadastros Oficiais:

Antes da formalização do credenciamento, a Administração realizará consulta aos seguintes sistemas e cadastros públicos:

- **SICAF** Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores;
- **CEIS** Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas;
- **CNEP** Cadastro Nacional de Empresas Punidas;
- Outros cadastros ou bases públicas relevantes para a verificação da idoneidade do prestador.
- Prestadores que constarem em situação impeditiva ou incompatível com o processo de contratação serão automaticamente desclassificados.

8.3. Da Habilitação Jurídica:

Deverá ser apresentada documentação comprobatória da regular existência jurídica e da capacidade legal para o exercício da atividade, como:

- Registro comercial (empresa individual);
- Contrato social, estatuto ou ato constitutivo, atualizado e registrado;
- Comprovante de inscrição no CNPJ;
- Registro no respectivo Conselho de Classe ou órgão regulador da atividade, se aplicável.

8.4. Da Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista:

Comprovação da regularidade fiscal e trabalhista mediante apresentação de:

- Certidões negativas ou positivas com efeito de negativas relativas a débitos tributários federais, estaduais e municipais;
- Certidão de regularidade com o FGTS e o INSS;
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);
- Certidões que demonstrem inexistência de impedimentos legais para contratar com o Poder Público

8.5. Da Qualificação Econômico-Financeira:

O prestador deverá demonstrar capacidade econômico-financeira compatível com a prestação do serviço, por meio de:

- Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício;
- Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede;
- Outras comprovações previstas no edital, conforme análise de risco da contratação.

8.6. Das Declarações:

Além da documentação, deverão ser apresentadas as seguintes declarações:

- Declaração de atendimento aos requisitos de habilitação;
- Declaração de inexistência de impedimento legal para contratar com a Administração Pública;
- Declaração de cumprimento da legislação trabalhista, ambiental e de proteção de dados;
- Declaração de que não emprega menores em desacordo com o art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal;
- Declaração de ciência e aceitação de todos os termos do Edital, do presente Termo de Referência e demais normas aplicáveis.

9 - DA FORMALIZAÇÃO DO CREDENCIAMENTO

A formalização do credenciamento dar-se-á mediante a assinatura do Termo de Credenciamento entre a Secretaria Municipal de Saúde de Cabo Frio e os prestadores habilitados, após análise documental, cumprimento integral dos requisitos do Edital e aprovação da proposta.

O Termo de Credenciamento terá validade de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado nos termos do art. 105 da Lei nº 14.133/2021, observando-se sempre a conveniência da Administração Pública e o interesse público.

9.1. A celebração do credenciamento estará condicionada:

- Ao atendimento integral das exigências previstas no Edital de Chamamento Público;
- À homologação do resultado pela autoridade competente;
- À comprovação de regularidade jurídica, fiscal, trabalhista e técnica, conforme os critérios definidos no presente Termo de Referência;
- À disponibilidade orçamentária, nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal e legislação vigente.

Os prestadores credenciados estarão sujeitos à assinatura do Termo de Ciência e Compromisso com as condições estabelecidas, e deverão manter, durante toda a vigência do credenciamento, as condições de habilitação exigidas na fase inicial do processo, sob pena de descredenciamento.

A Administração se reserva o direito de realizar auditorias, vistorias e inspeções técnicas periódicas, bem como de revogar ou anular o credenciamento, conforme critérios de interesse

público, descumprimento contratual ou por conveniência da Administração, respeitado o contraditório e ampla defesa.

10 DO PAGAMENTO:

O pagamento pelos serviços prestados será efetuado pela Secretaria Municipal de Saúde de Cabo Frio aos prestadores credenciados, observando-se as regras deste Termo de Referência, do Edital de Chamamento Público e da legislação vigente.

10.1. Forma de Pagamento:

O pagamento será realizado mensalmente, por produção efetivamente realizada, com base nos atendimentos devidamente **regulados, autorizados, realizados e registrados** no sistema oficial da Secretaria Municipal de Saúde, mediante apresentação de relatório de produção e Nota Fiscal/Fatura correspondente.

10.2. Prazo de Pagamento:

O pagamento será efetuado em até **30 (trinta) dias corridos**, contados da data do atesto da Nota Fiscal/Fatura pela área técnica competente, observando-se a ordem cronológica de exigibilidade das obrigações da Administração.

10.3. Condições de Pagamento:

- Os pagamentos serão realizados exclusivamente **por meio de transferência bancária**, para conta de titularidade do prestador credenciado;
- O prestador deverá manter sua **regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária** durante toda a vigência do credenciamento;
- A liberação do pagamento estará condicionada à **verificação da conformidade da produção** com os parâmetros estabelecidos pela Secretaria Municipal de Saúde, podendo ser glosados procedimentos executados fora do padrão ou sem autorização da regulação.

10.4. Regularidade Fiscal:

A cada pagamento, será verificada a **regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária** da empresa credenciada, incluindo:

- Certidão Negativa de Débitos (ou positiva com efeitos de negativa) junto à Receita Federal, Estadual e Municipal;
- Regularidade perante o FGTS;
- Certidão de Débitos Trabalhistas (CNDT);
- Certidões de regularidade junto aos Conselhos de Classe, quando aplicável.

A ausência de regularidade suspenderá o pagamento até sua regularização, sem que haja direito à incidência de encargos financeiros por parte do contratado.

10.5. Critérios de Reajuste:

Os valores pagos poderão ser reajustados **anualmente**, com base na variação do **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo IPCA**, conforme autorização legal e previsão no Termo de Credenciamento, desde que haja disponibilidade orçamentária e financeira e justificativa técnica da Administração.

O reajuste deverá observar o disposto na **Lei nº 14.133/2021**, em especial os princípios da legalidade, motivação, transparência e interesse público.

11 DA GESTÃO DO CREDENCIAMENTO:

A execução do objeto será acompanhada e fiscalizada por servidores formalmente designados pela Secretaria Municipal de Saúde de Cabo Frio, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021 e no Decreto Municipal nº 7.074/2023, com a finalidade de garantir a conformidade do serviço com os critérios técnicos, administrativos e legais estabelecidos.

11.1. Prazo e Vigência:

O credenciamento terá vigência inicial de **12 (doze) meses**, contados a partir da assinatura do Termo de Credenciamento, podendo ser **prorrogado** por igual período, sucessivamente, até o limite previsto no art. 105 da Lei nº 14.133/2021, mediante interesse público devidamente justificado.

11.2. Execução e Acompanhamento:

O acompanhamento da execução contratual será feito por meio de:

- Monitoramento da produção registrada no sistema da Secretaria Municipal de Saúde;
- Auditorias técnicas e administrativas periódicas;
- Atesto mensal da prestação do serviço pela equipe técnica responsável;
- Avaliação contínua do cumprimento das metas pactuadas e dos indicadores de desempenho, se houver.

11.3. Responsabilidades do Credenciado:

São responsabilidades do prestador credenciado:

- Executar os serviços conforme os padrões de qualidade estabelecidos neste Termo de Referência, no Edital e no Termo de Credenciamento;
- Manter atualizadas suas certidões fiscais, trabalhistas e previdenciárias;
- Zelar pela segurança, privacidade e integridade dos dados dos pacientes, em conformidade com a LGPD (Lei nº 13.709/2018);
- Informar imediatamente qualquer alteração em sua estrutura que possa comprometer a prestação do serviço;
- Apresentar relatórios e documentos comprobatórios sempre que solicitado pela Administração.

11.4. Regularidade Fiscal e Pagamentos:

A manutenção da **regularidade fiscal e trabalhista** é condição indispensável para a continuidade do credenciamento e para o recebimento de valores. A qualquer tempo, a Administração poderá exigir a apresentação de documentos atualizados que comprovem a regularidade do credenciado junto aos órgãos competentes.

A **inobservância** da regularidade implicará na **suspensão dos pagamentos** e poderá ensejar a rescisão do credenciamento.

11.5. Comunicação e Providências:

Eventuais irregularidades constatadas durante a fiscalização deverão ser comunicadas imediatamente à autoridade competente, que adotará as providências cabíveis, podendo aplicar as sanções previstas no edital, no Termo de Credenciamento e na legislação aplicável.

A Secretaria Municipal de Saúde poderá, ainda, realizar **inspeções in loco**, com ou sem agendamento prévio, a fim de assegurar a qualidade da prestação dos serviços credenciados.

12. DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO:

A fiscalização e o acompanhamento da prestação dos serviços credenciados serão realizados por servidores designados pela Secretaria Municipal de Saúde, conforme disposições da Lei nº 14.133/2021, com o objetivo de assegurar a conformidade da execução com os requisitos estabelecidos neste Termo de Referência e no Termo de Credenciamento.

A fiscalização atuará de forma preventiva, corretiva e avaliativa, mantendo registros sistemáticos sobre a execução contratual, a regularidade documental, a qualidade dos serviços prestados e o atendimento às metas pactuadas.

12.1. Designação da Fiscalização:

A fiscalização será exercida por **servidores formalmente designados** por meio de portaria específica emitida pela autoridade competente, com registro no processo administrativo de credenciamento.

Os fiscais terão autonomia para acompanhar, cobrar e reportar quaisquer não conformidades, sendo responsáveis por emitir os atestados de conformidade dos serviços para fins de pagamento.

12.2. Atividades da Fiscalização:

A fiscalização dos serviços credenciados compreenderá, entre outras, as seguintes atividades:

- **Verificar o cumprimento das exigências técnicas** estabelecidas neste Termo de Referência e no edital;
- **Controlar a quantidade de procedimentos realizados**, mediante conferência com os dados do sistema de regulação municipal;
- **Avaliar a qualidade dos serviços prestados**, com base em indicadores definidos pela Secretaria Municipal de Saúde;

- **Solicitar relatórios periódicos** dos prestadores com informações sobre atendimentos, produtividade e ocorrências relevantes;
- **Verificar a regularidade da documentação exigida**, especialmente certidões fiscais, trabalhistas e registros profissionais;
- **Realizar visitas técnicas e inspeções in loco**, com ou sem aviso prévio, para avaliação das condições de infraestrutura, equipamentos e equipe técnica;
- **Registrar todas as ocorrências relevantes**, inclusive descumprimentos contratuais, inadimplementos e irregularidades;
- **Emitir parecer técnico** sobre a conformidade dos serviços para subsidiar a autorização de pagamento e eventual aplicação de sanções.

13. DAS OBRIGAÇÕES DO GESTOR DO CREDENCIAMENTO:

O gestor do credenciamento será designado pela autoridade competente da Secretaria Municipal de Saúde de Cabo Frio e terá como atribuições o gerenciamento e a supervisão administrativa do instrumento de credenciamento, conforme disposto no art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

13.1. Compete ao gestor do credenciamento:

- 13.1.1. Acompanhar a execução dos serviços prestados**, verificando o cumprimento das obrigações contratuais pelos credenciados;
- 13.1.2. Zelar pelo fiel cumprimento das cláusulas** e condições estabelecidas no Edital, Termo de Referência e Termo de Credenciamento;
- 13.1.3. Emitir pareceres técnicos e administrativos** quando necessário, incluindo autorizações para pagamento, relatórios de acompanhamento e justificativas para aplicação de sanções;
- 13.1.4. Manter controle atualizado dos prestadores credenciados**, prazos de vigência, documentação habilitatória, e outros registros pertinentes;
- 13.1.5. Atuar em conjunto com a equipe de fiscalização**, fornecendo apoio técnico e administrativo às ações de verificação e controle;
- 13.1.6. Solicitar providências corretivas** em caso de constatação de irregularidades, inconformidades ou baixa qualidade na execução dos serviços;
- 13.1.7. Articular-se com os setores de Regulação, Auditoria, Controle Interno e demais áreas envolvidas** para assegurar a adequada integração do serviço à rede municipal;
- 13.1.8. Promover reuniões periódicas** com os prestadores credenciados, quando necessário, para alinhamento de fluxos, metas e resoluções de conflitos;
- 13.1.9. Elaborar relatórios de gestão**, com indicadores de desempenho, produtividade e eficiência dos serviços prestados, encaminhando-os às instâncias superiores quando solicitado;
- 13.1.10. Garantir a observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, economicidade e transparência** em todas as fases do credenciamento.

14. DAS OBRIGAÇÕES DA CREDENCIADA:

As pessoas jurídicas credenciadas para a prestação dos serviços comprometem-se a cumprir integralmente as condições estipuladas neste Termo de Referência, no Edital de Chamamento Público e na legislação aplicável.

14.1. Execução dos Serviços:

- 14.1.1.** Prestar os serviços conforme os protocolos clínicos, diretrizes e normas técnicas estabelecidas pelo Ministério da Saúde e pela Secretaria Municipal de Saúde de Cabo Frio;
- 14.1.2.** Utilizar exclusivamente equipamentos aprovados pela ANVISA e em perfeito estado de conservação e funcionamento, realizando manutenção preventiva e corretiva regularmente;
- 14.1.3.** Garantir a execução do procedimento dentro dos prazos estabelecidos pela Central Municipal de Regulação, evitando atrasos injustificados;
- 14.1.4.** Manter equipe técnica qualificada e registrada nos respectivos conselhos de classe, com capacitação permanente.

14.2. Atendimento Humanizado: Assegurar atendimento ético, respeitoso e inclusivo a todos os usuários do SUS, com foco na dignidade da pessoa humana, no acolhimento e na escuta qualificada.

14.3. Responsabilidade Técnica: Designar profissional responsável técnico para responder legal e tecnicamente pela execução dos serviços contratados, mantendo a regularidade de seu registro profissional e comunicação com o órgão gestor.

14.4. Integração com a Rede SUS: Estabelecer vínculo funcional com os sistemas de regulação, auditoria e controle da Secretaria Municipal de Saúde, viabilizando fluxos adequados de informação e prestação de contas.

14.5. Atualização Cadastral: Manter atualizados todos os documentos de habilitação e dados cadastrais perante a Secretaria Municipal de Saúde durante toda a vigência do credenciamento.

14.6. Registros e Informações: Registrar adequadamente os atendimentos realizados, com emissão de laudos em conformidade com os padrões clínicos estabelecidos, disponibilizando-os ao paciente e ao sistema regulador, sempre que solicitado.

14.7. Acesso às Informações: Facilitar o acesso da fiscalização e dos órgãos de controle interno e externo a documentos, prontuários e demais registros relativos à execução do serviço, sempre que solicitado.

14.8. Cumprimento das Normas Sanitárias e de Biossegurança: Atuar em conformidade com a RDC nº 50/2002 da ANVISA e demais normas regulatórias relacionadas à prestação de serviços em saúde.

14.9. Qualidade e Sigilo das Informações:

14.9.1. Garantir a confidencialidade das informações clínicas e pessoais dos pacientes atendidos, observando integralmente os princípios da ética profissional e os preceitos da Lei nº 13.709/2018 Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD);

14.9.2. Zelar pela qualidade diagnóstica e precisão dos resultados emitidos, promovendo o contínuo aprimoramento dos processos assistenciais e operacionais.

14.10. Penalidades e Sanções:

14.10.1. Sujeitar-se às penalidades previstas no Edital e na legislação vigente em caso de descumprimento das obrigações assumidas, sem prejuízo da responsabilização civil, administrativa e criminal;

14.10.2. As sanções poderão incluir advertência, suspensão, descredenciamento, impedimento de contratar com a Administração e aplicação de multa, conforme a gravidade da infração e os critérios da Lei nº 14.133/2021.

15. DAS VEDAÇÕES À CREDENCIADA:

Durante a vigência do credenciamento, ficam **expressamente vedadas** às pessoas jurídicas credenciadas para a prestação dos serviços as seguintes condutas:

15.1. Subcontratação total ou parcial dos serviços contratados, sem a prévia e expressa autorização da Secretaria Municipal de Saúde, em desacordo com os termos da Lei nº 14.133/2021.

15.2. Cobrança de qualquer valor adicional dos usuários do SUS, em qualquer hipótese, direta ou indiretamente, a título de complementação, taxa, consulta ou qualquer outro serviço relacionado, sendo o atendimento **100% custeado com recursos públicos**.

15.3. Utilização de instalações, equipamentos ou recursos humanos para fins diversos daqueles previstos no objeto do credenciamento, salvo se previamente autorizado e formalizado pelo órgão contratante.

15.4. Recusa injustificada no atendimento aos usuários regularmente encaminhados pela Central Municipal de Regulação,

Exceto por razões técnicas devidamente justificadas e comunicadas formalmente.

15.5. Divulgação de dados pessoais e/ou clínicos dos pacientes, em desacordo com a legislação vigente, especialmente a Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD).

15.6. Omissão ou apresentação de informações falsas, em qualquer fase do credenciamento ou no curso da execução dos serviços, sujeitando-se às penalidades cabíveis.

15.7. Utilização da estrutura credenciada para fins político-partidários, eleitorais ou de autopromoção institucional, em desacordo com os princípios da Administração Pública.

15.8. Atuação sem a devida regularidade fiscal, trabalhista, sanitária e técnica, ou com registro profissional dos responsáveis técnicos vencidos, suspensos ou cancelados.

15.9. Desrespeito aos princípios da dignidade da pessoa humana, da equidade e da universalidade no atendimento, em desacordo com a Constituição Federal, a Lei nº 8.080/1990 e as diretrizes do SUS.

16 DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

Para fins de credenciamento, a pessoa jurídica interessada deverá comprovar sua qualificação técnica, conforme exigido pelas normas reguladoras da assistência em saúde, assegurando que os serviços prestados atendam aos padrões mínimos de qualidade, segurança e resolutividade exigidos pela Secretaria Municipal de Saúde.

16.1. Habilitação Profissional e Registro em Conselho Competente

Deverá ser apresentado:

16.1.1. Comprovação de vínculo com profissional médico com Registro de Qualificação de Especialista (RQE) em Urologia, conforme exigido para a supervisão ou execução do procedimentos, com registro ativo no Conselho Regional de Medicina (CRM);

16.1.2. Comprovação de profissional técnico responsável pela realização dos procedimentos com formação compatível, devidamente registrado no conselho competente;

16.1.3. Comprovação de que a equipe técnica possui experiência prévia na realização de cirurgias e procedimentos urológicos, mediante apresentação de atestados de capacidade técnica, certidões, declarações de desempenho anterior, contratos executados ou documentos equivalentes que demonstrem a efetiva atuação na especialidade de Urologia

16.1.4. Apresentação do certificado de calibração dos equipamentos e da manutenção preventiva atualizada, conforme normas da ANVISA e da RDC nº 330/2019.

16.1.5. Declaração formal de que o serviço está estruturado para atender exclusivamente pacientes do SUS, regulados por sistema oficial, sem cobrança de valores adicionais e com garantia de acesso equitativo.

16.2. Comprovação de Capacidade Técnica

16.2.1. Execução de cirurgias e procedimentos urológicos, incluindo intervenções endourológicas, procedimentos diagnósticos e terapêuticos do trato urinário masculino e feminino e do sistema reprodutor masculino, com volume e complexidade equivalentes aos previstos neste Termo de Referência;

16.2.2. Comprovação de atuação em ambiente hospitalar ou ambulatorial devidamente licenciado pelos órgãos sanitários competentes, com estrutura compatível à realização de procedimentos de média complexidade;

16.2.3. Demonstração de que os serviços foram executados com observância às normas técnicas, protocolos assistenciais, requisitos sanitários e diretrizes de segurança do paciente.

16.3. Infraestrutura e Condições Operacionais

A empresa interessada deverá comprovar que dispõe de infraestrutura adequada à realização dos procedimentos, incluindo:

16.3.1. Sala cirúrgica própria ou contratada, devidamente equipada e licenciada pelos órgãos sanitários competentes, com ambiente climatizado, condições adequadas de assepsia, iluminação, infraestrutura hospitalar compatível e observância às normas da RDC nº 50/2002 da ANVISA e demais regulamentos aplicáveis;

16.3.2. Equipamentos, instrumentais e dispositivos médicos necessários à execução dos procedimentos urológicos, incluindo torre de vídeo, sistema de endoscopia, fonte de energia (quando aplicável), materiais e OPME compatíveis, todos devidamente registrados na ANVISA e em pleno funcionamento;

16.3.3. Condições estruturais que assegurem acessibilidade para pacientes com mobilidade reduzida, nos termos da Lei nº 13.146/2015 (Lei Brasileira de Inclusão), bem como ambientes adequados ao acolhimento e recuperação pós-procedimento;

16.3.4. Protocolos operacionais padronizados, contemplando rotinas de segurança do paciente, controle de infecção hospitalar, rastreabilidade de materiais e OPME, esterilização de instrumentais e cumprimento das normas de biossegurança e humanização do atendimento.

Será exigida **vistoria técnica prévia** ou apresentação de documentação comprobatória detalhada, a critério da Administração, para verificação da conformidade estrutural, sanitária e operacional da unidade prestadora.

16.4. Equipe Técnica e Recursos Humanos

A equipe técnica mínima exigida para a prestação do serviço deverá contemplar:

16.4.1. Médico responsável técnico, com RQE compatível com o objeto (urologia);

16.4.2. Profissional responsável pela execução dos procedimentos diagnósticos e cirúrgicos, com habilitação técnica específica e registro profissional ativo.

16.4.3. Profissionais capacitados para atendimento humanizado, com conhecimento dos protocolos clínicos do SUS e normas de regulação municipal.

Deverão ser apresentados os **currículos resumidos, certificados de qualificação e registro profissional** da equipe envolvida, acompanhados da descrição da jornada de trabalho proposta e escala de funcionamento.

16.5. Declarações Obrigatórias

A pessoa jurídica deverá apresentar as seguintes declarações:

16.5.1. Declaração de que **cumpre todas as exigências legais e sanitárias** para a prestação do serviço objeto deste chamamento;

16.5.2. Declaração de **compromisso com a realização dos procedimentos dentro dos protocolos clínicos e regulatórios** definidos pela Secretaria Municipal de Saúde;

16.5.3. Declaração de que **não cobrará nenhum valor adicional** do usuário do SUS, comprometendo-se a atuar exclusivamente por meio do repasse público;

16.5.4. Declaração de que **possui estrutura e recursos humanos suficientes** para início imediato da execução contratual, caso seja credenciada.

17. DA DECLARAÇÃO LEI Nº 101/2000 ART. 16 e 17:

Em cumprimento ao disposto nos artigos 16 e 17 da **Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal)**, declara-se que:

17.1. A contratação do objeto descrito neste Termo de Referência está **previamente adequada à Lei Orçamentária Anual (LOA)**, estando contemplada no **Plano de Contratações Anual da Secretaria Municipal de Saúde de Cabo Frio**, conforme previsão orçamentária disponível para o exercício vigente;

17.2. Há **suficiente previsão orçamentária e financeira**, compatível com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), garantindo a **sustentabilidade fiscal da contratação** durante a vigência contratual, observando os princípios da responsabilidade na gestão fiscal;

17.3. A presente contratação foi objeto de **análise de impacto orçamentário-financeiro**, nos termos do art. 16, inciso II, da LRF, e não compromete os limites de despesas com pessoal, saúde ou outras obrigações legais da Administração;

17.4. O processo atenderá ao **princípio da economicidade**, promovendo a adequada alocação dos recursos públicos com vistas à melhoria dos serviços prestados à população e redução de riscos associados à desassistência e judicialização da saúde;

17.5. As obrigações contratuais decorrentes do credenciamento respeitarão os **limites legais estabelecidos pela legislação municipal, estadual e federal**, assegurando a observância aos preceitos constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

18. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

Nos termos da **Lei nº 14.133/2021**, do **Decreto Municipal nº 7.074/2023**, e demais normativos aplicáveis, o descumprimento das obrigações assumidas pelas entidades credenciadas poderá ensejar a aplicação de sanções administrativas, observando-se o contraditório e a ampla defesa.

18.1. Infrações Administrativas:

Constituem infrações administrativas, sem prejuízo de outras disposições legais e contratuais:

- a) Deixar de cumprir total ou parcialmente as obrigações assumidas no Termo de Credenciamento;
- b) Realizar procedimentos fora dos protocolos definidos pela Secretaria Municipal de Saúde ou sem regulação prévia;
- c) Prestar informações inverídicas, omitir dados ou dificultar a fiscalização;
- d) Executar os serviços com qualidade inferior à estabelecida, comprometendo o atendimento à população;
- e) Causar danos a usuários, servidores ou ao erário, por ação ou omissão;
- f) Descumprir normas sanitárias, éticas ou técnicas vigentes;
- g) Impedir, dificultar ou obstruir o acesso da fiscalização designada pela Administração Pública;
- h) Praticar qualquer ato que comprometa a legalidade, moralidade ou transparência do credenciamento.

18.2. Penalidades Aplicáveis:

Conforme a gravidade da infração poderá ser aplicada as seguintes penalidades:

- a. **Advertência:** quando houver infração leve ou de caráter pontual, com possibilidade de correção imediata;
- b. **Multa:** calculada sobre o valor dos serviços não executados ou executados irregularmente, conforme critérios definidos no Edital e no Termo de Credenciamento;
- c. **Suspensão temporária** da participação em novos credenciamentos e contratações com o Município de Cabo Frio, pelo prazo de até 2 (dois) anos;
- d. **Declaração de inidoneidade** para contratar com a Administração Pública, nos termos do art. 156 da Lei nº 14.133/2021, quando houver prática de infração gravíssima ou fraude;
- e. **Rescisão unilateral do Termo de Credenciamento**, com apuração das responsabilidades civis, penais e administrativas cabíveis.

18.3. Procedimentos e Defesa:

A aplicação das penalidades obedecerá ao devido processo administrativo, assegurando:

- a) Notificação prévia do credenciado para apresentação de defesa no prazo mínimo de 5 (cinco) dias úteis;
- b) Análise técnica e jurídica das justificativas apresentadas;

- c) Emissão de parecer conclusivo e decisão fundamentada da autoridade competente;
- d) Registro da penalidade em sistema próprio e comunicação formal ao credenciado.

18.4. Registros e Publicidade:

As sanções aplicadas serão registradas no sistema de credenciamento da Secretaria Municipal de Saúde e, quando aplicável:

- Comunicadas aos órgãos de controle e registro oficiais (tais como o **CEIS** Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas, e o **CNEP** Cadastro Nacional de Empresas Punidas);
- Publicadas no Diário Oficial do Município, nos termos do art. 174 da Lei nº 14.133/2021, garantindo a devida publicidade e transparência.

18.5. Das hipóteses de descredenciamento:

O presente Termo de Referência observa o disposto no art. 19 do Decreto Municipal nº 7.074/2023, prevendo que a rescisão do Termo de Credenciamento poderá ocorrer:

I por iniciativa da Administração, nos casos de infração grave, descumprimento contratual, interesse público ou necessidade de reorganização da rede de serviços;

II por iniciativa do credenciado, mediante solicitação formal com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sem prejuízo da continuidade dos atendimentos já agendados;

III por mútuo acordo entre as partes, mediante justificativa técnica e administrativa devidamente fundamentada;

IV pelo descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas;

V pela inexecução parcial ou execução inadequada dos serviços contratados;

VI pela lentidão no cumprimento das obrigações, de forma a comprometer a prestação adequada dos serviços;

VII pela paralisação da execução dos serviços sem justificativa plausível;

VIII pela prática de atos ilícitos com vistas a fraudar a execução do objeto;

IX pela perda das condições de habilitação exigidas no edital;

X nas demais hipóteses previstas em lei ou regulamento aplicável.

18.5.1. Nos casos de rescisão por descumprimento contratual, serão apuradas as responsabilidades e aplicadas as sanções cabíveis, garantida a ampla defesa e o contraditório.

18.5.2. O descumprimento contratual sujeitará o credenciado, sem prejuízo das demais cominações legais, às seguintes sanções:

a) advertência formal;

b) multa, aplicada proporcionalmente ao prejuízo causado à Administração;

c) suspensão temporária de participação em chamamentos públicos e contratações no âmbito do Município de Cabo Frio;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

18.5.3. A formalização do pedido de descredenciamento voluntário deverá ocorrer no prazo mínimo de 30 (trinta) dias de antecedência, mediante comunicação escrita à Administração, não eximindo o credenciado da conclusão dos atendimentos já agendados nem do cumprimento das responsabilidades assumidas.

19. CONDIÇÕES GERAIS:

19.1. O presente Termo de Referência rege-se pelas disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos), da Lei nº 8.080/1990 (Lei Orgânica da Saúde), do Decreto Municipal nº 7.074/2023, bem como pelas demais normas aplicáveis à Administração Pública e ao Sistema Único de Saúde SUS.

19.2. O credenciamento não caracteriza vínculo empregatício ou relação de subordinação entre a Administração Pública e os profissionais ou empresas credenciadas, sendo a natureza jurídica da relação regida exclusivamente pelos termos do credenciamento e pela legislação vigente.

19.3. Os serviços prestados deverão obedecer rigorosamente aos critérios, diretrizes, normas técnicas, protocolos clínicos, fluxos regulatórios e princípios do SUS, conforme definidos pela Secretaria Municipal de Saúde.

19.4. O não cumprimento das obrigações aqui estabelecidas sujeitará o credenciado às sanções administrativas previstas neste Termo de Referência, no edital e na legislação aplicável, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

19.5. Fica assegurado à Administração Pública o direito de, a qualquer tempo, promover auditorias, fiscalizações e diligências necessárias para verificação da conformidade na execução dos serviços prestados, podendo, em caso de irregularidade, suspender temporariamente o credenciamento até a apuração completa dos fatos.

19.6. Os casos omissos ou não previstos neste Termo de Referência serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Saúde, observadas as normas legais e regulamentares pertinentes, mediante análise da Procuradoria Geral do Município, quando necessário.

19.7. As comunicações entre a Administração e os credenciados serão realizadas preferencialmente por meio eletrônico oficial (e-mail institucional ou sistema eletrônico de gestão), com validade jurídica para todos os fins.

19.8. O credenciamento poderá ser revisto suspenso ou cancelado a qualquer tempo por motivo de interesse público, mediante justificativa formal e sem ônus para o Município, respeitados os direitos ao contraditório e à ampla defesa, quando aplicável.

19.9. A vigência, a execução e o acompanhamento do credenciamento observarão as disposições previstas neste Termo de Referência, no Edital de Chamamento Público e demais normativos que regulamentam a matéria.

20. DAS CLÁUSULAS COMPLEMENTARES DECRETO MUNICIPAL Nº 7.074/2023

Em cumprimento ao disposto nos arts. 143 a 151 do Decreto Municipal nº 7.074/2023, que regulamenta a aplicação da Lei nº 14.133/2021 no âmbito da Administração Pública Municipal de Cabo Frio, o presente Termo de Referência contempla as seguintes disposições complementares:

Art. 143. A inscrição de interessados no credenciamento implica a aceitação integral e irrestrita de todas as condições estabelecidas no edital de credenciamento e neste Decreto.

§ 1º O interessado que atender a todos os requisitos previstos no edital de credenciamento, se habilitado, será credenciado no órgão ou entidade credenciante, encontrando-se apto a ser contratado para executar o objeto quando convocado.

Art. 144. Não há impedimento que um mesmo interessado, quando couber, seja credenciado para executar mais de um objeto ou item, desde que possua os requisitos de habilitação para todos.

§ 1º O credenciado, no caso descrito no caput deste artigo, poderá apresentar de uma vez só a documentação exigida, salvo se as exigências de capacidade técnica forem diferenciadas, devendo, neste caso, apresentar complementação da documentação relativa a este quesito.

§ 2º Durante a vigência do credenciamento, os credenciados deverão manter todas as condições exigidas para a habilitação relacionadas às condições de credenciamento e constantes perante o cadastro unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas e no Cadastro de Fornecedores, sob pena de descredenciamento.

Art. 145. O credenciamento não estabelece a obrigação do órgão ou entidade credenciante em efetivar a contratação, face à sua precariedade e, por isso, a qualquer momento, o credenciado ou o credenciante poderá cancelar o credenciamento, inclusive quando for constatada qualquer irregularidade na observância e cumprimento das normas fixadas no edital, neste Decreto e na legislação pertinente, sem prejuízo do contraditório e da ampla defesa.

Art. 146. O credenciado que deixar de cumprir as exigências deste Decreto, do edital de credenciamento ou dos contratos firmados com a Administração será descredenciado para a execução de qualquer objeto, sem prejuízo das sanções previstas nos arts. 156 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021.

Art. 147. O credenciado poderá, a qualquer tempo, solicitar seu descredenciamento mediante o envio de solicitação escrita ao órgão ou entidade responsável pelo credenciamento.

§ 1º A formalização do descredenciamento deverá ocorrer no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis.

§ 2º O pedido de descredenciamento não desincumbe o credenciado do cumprimento de eventuais contratos assumidos e das responsabilidades a eles atreladas, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

Art. 148. Após homologação do procedimento de credenciamento, os órgãos ou entidades poderão dar início ao processo de contratação, observado o disposto no art. 38, no que couber.

Art. 149. O credenciamento não garante sua efetiva contratação pelo órgão ou entidade interessada na contratação.
Parágrafo único. A contratação do credenciado somente poderá ocorrer por vontade do órgão ou entidade contratante e desde que esteja em situação regular perante as exigências de habilitação para o credenciamento.

Art. 151. A Administração convocará o credenciado no prazo definido no edital de credenciamento, para assinar ou retirar o instrumento contratual, dentro das condições estabelecidas na legislação e no edital e dar início à execução do serviço, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas nos arts. 156 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021 e no edital de credenciamento.

21. RELAÇÃO DE ANEXOS:

- **Anexo I** Tabela Municipal Diferenciada e Estimativa de Custo Detalhada: tabela com procedimentos, quantidades e valores;

22. DA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA:

22.1. O presente Termo de Referência foi elaborado pela Secretaria Municipal de Saúde de Cabo Frio, por meio da equipe técnica designada, com base nos princípios da legalidade, eficiência, economicidade e interesse público, observando os dispositivos da **Lei Federal nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos)**, da **Lei nº 8.080/1990 (Lei Orgânica da Saúde)** e do **Decreto Municipal nº 7.074/2023**, que regulamenta os procedimentos de contratação no âmbito da Administração Pública Municipal.

A elaboração seguiu as diretrizes estabelecidas pelo Tribunal de Contas da União (TCU), pelos órgãos de controle interno e externo, e pelas orientações técnicas da própria Secretaria, com suporte nos seguintes documentos técnicos:

- Estudo Técnico Preliminar (ETP);
- Mapa de Riscos e Matriz de Riscos;
- Levantamento de demanda reprimida;
- Estimativas de custos baseadas na Tabela Municipal Diferenciada, validadas mediante pesquisa de preços prévia nos termos dos Arts. 23 e 142 do Decreto Municipal nº 7.074/2023;
- Análise jurídica e administrativa da modalidade de contratação mais adequada.

A construção deste Termo contou com a participação de servidores das áreas técnica, administrativa e de regulação da Secretaria Municipal de Saúde, garantindo abordagem multidisciplinar, alinhada às políticas públicas de saúde e às necessidades reais da população de Cabo Frio.

Elaborador	Matrícula	Rubrica
Milena de Oliveira Soares	250403063	

23. DA AUTORIZAÇÃO:

23.1. Autorizo o prosseguimento com o presente Termo de Referência e a contratação do serviço requisitado, por constituir o seu objeto uma demanda Administração Pública e dada a legalidade do processo, conforme

legislação vigente, bem como por ter cumprido os princípios da Administração Pública;

23.2. Nos casos em que couber, deverão ser observadas as disposições contidas no Decreto Municipal nº 6.845 de 12 de maio de 2022, no qual tange a retenção de tributos no pagamento de fornecedores.

Cabo Frio, 18 de Maio de 2026.

BEATRIZ CAVALCANTE TRINDADE MARINS

Secretária Municipal de Saúde

Secretaria Municipal de Saúde Cabo Frio SEMUSA

Anexo I Tabela Municipal Diferenciada e Estimativa de Custo Detalhada: tabela com procedimentos, quantidades e valores

MEMÓRIA DE CÁLCULO – ESTIMATIVA DE CUSTOS

CÓDIGO	PROCEDIMENTO	VALOR UNITÁRIO (R\$)	QTD MENSAL	VALOR MENSAL (CÁLCULO)	FATOR (MESES)	QTD ANUAL (CÁLCULO)	VALOR ANUAL (CÁLCULO)	FÓRMULA / MEMÓRIA
31102360	Ureterolitotripsia Flexível a Laser	R\$ 6.300,00	10	R\$ 63.000,00	12	120	R\$ 756.000,00	Mensal = unitário × qtd mensal Anual = mensal × 12
31102565	Ureterorrenolitotripsia Rígida Unilateral a Laser	R\$ 5.400,00	10	R\$ 54.000,00	12	120	R\$ 648.000,00	Mensal = unitário × qtd mensal Anual = mensal × 12
31103030	Ressecção Endoscópica de Bexiga	R\$ 4.200,00	10	R\$ 42.000,00	12	120	R\$ 504.000,00	Mensal = unitário × qtd mensal Anual = mensal × 12
31102379	Ureterorrenolitotripsia Rígida Unilateral	R\$ 4.190,00	5	R\$ 20.950,00	12	60	R\$ 251.400,00	Mensal = unitário × qtd mensal Anual = mensal × 12
31102050	Colocação Cistoscópica de Duplo J Unilateral	R\$ 2.050,00	6	R\$ 12.300,00	12	72	R\$ 147.600,00	Mensal = unitário × qtd mensal Anual = mensal × 12
31201130	Ressecção Endoscópica de Próstata Bipolar Benigna	R\$ 6.500,00	6	R\$ 39.000,00	12	72	R\$ 468.000,00	Mensal = unitário × qtd mensal Anual = mensal × 12
31103332	Sling Transobturatório	R\$ 4.850,00	3	R\$ 14.550,00	12	36	R\$ 174.600,00	Mensal = unitário × qtd mensal Anual = mensal × 12
40201066	Cistoscopia Simples	R\$ 1.200,00	10	R\$ 12.000,00	12	120	R\$ 144.000,00	Mensal = unitário × qtd mensal Anual = mensal × 12
30201040	Biópsia de Próstata Transretal	R\$ 1.420,00	15	R\$ 21.300,00	12	180	R\$ 255.600,00	Mensal = unitário × qtd mensal Anual = mensal × 12
41301340	Estudo Urodinâmico	R\$ 600,00	20	R\$ 12.000,00	12	240	R\$ 144.000,00	Mensal = unitário × qtd mensal Anual = mensal × 12
41301358	Urofluxometria	R\$ 300,00	15	R\$ 4.500,00	12	180	R\$ 54.000,00	Mensal = unitário × qtd mensal Anual = mensal × 12
			110	R\$ 295.600,00	12	1320	R\$ 3.547.200,00	Mensal = unitário × qtd mensal Anual = mensal × 12



e-PRO Processo Eletrônico

PMCF/Processo/7458/2026-E

A autenticidade deste documento pode ser conferida através da leitura do Qrcode ou informando o N° de Controle e N° da GUID.

Criado por **VIVIAN DOS SANTOS BENTO** em Quarta-feira, 20 de Maio de 2026 11:13:52

N° de Controle: 0626399 N° da GUID: 46450765-DCE3-4308-ACB8-85CBA78937CE

Versão 009 criada em Quarta-feira, 20 de Maio de 2026 11:13:52